

Digital

GREVE PROFESSORES E EDUCADORES NACIONAL 11 de DEZEMBRO

PELA ABERTURA AO DIÁLOGO E RESPEITO PELA NEGOCIAÇÃO COLETIVA PARA:

- Aplicar medidas de prevenção e de segurança adequadas à gravidade da crise pandémica
- Rejuvenescer a profissão: aposentação pré-reforma
- Eliminar os abusos e ilegalidades nos horários de trabalho
- Recorpar a carreira:
 - abolição de vagas para os 5.º e 7.º escalões
 - correção dos ultrapassagios
 - recuperação de todo o tempo de serviço
- Aprovar regimes justos de vinculação e concursos
- Impedir a imposição de itinerários de transmissão de aulas presenciais
- Consagrar medidas imediatas e de médio prazo para fazer face à falta de professores
- Parar a abertura de concursos de

OS PROFESSORES EXIGEM RESPEITO E QUE O GOVERNO GARANTA O DIREITO CONSTITUCIONAL À NEGOCIAÇÃO!

FENPROF
Federação Nacional dos Professores | fenprof.pt

Dossier:
Escola - Que balanço em período de crise?

QUE FAZER A UM MINISTRO QUE NÃO EXISTE?

Sites e Blogs



Publicações Gulbenkian

<https://gulbenkian.pt/publicacoes/>

Várias obras clássicas editadas pela Fundação Gulbenkian passaram a estar acessíveis online e gratuitas. Para aceder basta fazer o registo de uma conta Gulbenkian. Cinquenta e dois títulos da Coleção de Textos Clássicos encontram-se já acessíveis ao público, estando as restantes coleções – Cultura Portuguesa e Manuais Universitários – em processo de seleção e tratamento digital para futura reedição neste suporte. Além das obras destas coleções, que serão colocadas à disposição dos leitores de um modo faseado até ao final do próximo ano, a Fundação Gulbenkian irá privilegiar também a via digital, com acesso gratuito universal, a outros conteúdos produzidos, como ensaios, atas de colóquios, relatórios e outros textos relativos aos seus programas e projetos. Algumas das mais significativas edições da Delegação da Fundação Gulbenkian em Paris virão também a ter livre acesso. Entre os livros da Coleção de Textos Clássicos já acessíveis contam-se *A República* de

Platão, *Metafísica dos costumes* de Immanuel Kant, *A Doutra Ignorância* de Nicolau de Cusa, *Acerca do Infinito, do Universo e dos Mundos* de Giordano Bruno, *Utopia* de Thomas More, *Poética (Textos Teóricos)* de Edgar Allan Poe ou *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho.



MILObs - Observatório sobre Média, Informação e Literacia

<http://milobs.pt/>

O MILObs define-se como um Observatório sobre Média, Informação e Literacia que acompanha, monitoriza e divulga o que se faz no domínio da Educação para os Media, em Portugal e no estrangeiro, ao mesmo tempo que promove a Literacia Mediática junto dos diferentes setores da sociedade. O projeto teve início em 2012, com um Protocolo de Colaboração celebrado entre o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, e o então Gabinete para os Meios de Comunicação Social. A sua origem está, no entanto, simbioticamente relacionada com a constituição do GILM – Grupo Informal de Literacia para os Média. Após um tempo de interregno e outro de preparação, o MILObs foi lançado publicamente no dia 06 de julho de 2018. No seu site podem encontrar-se diversos recursos e informação. Desde uma animação criada no âmbito do Dia Internacional da Verificação de Factos (*International Fact-Checking Day*), com o intuito de ensinar crianças e jovens a detetar notícias falsas; ao vídeo Reading News Online; ao manifesto Right to Media Literacy que a Rede Holandesa de Literacia Mediática elaborou, com a colaboração de crianças entre os 10 e os 12 anos e de jovens entre os 15 e os 20 anos; ao Estudo Comparativo Sobre as Políticas de Literacia para os Media e a Informação na Europa; à ligação para um jogo de *fact-checking* para jovens e adultos, entre vários outros. ■

Sofia Vilarigues



Covid 19: A esmagadora maioria das escolas não fechou

Acabado o 1º período letivo, pode afirmar-se que foi possível manter a “escola presencial” na maioria dos casos. Estão de parabéns os professores e educadores (uma especial referência aos diretores de agrupamentos), os assistentes operacionais (e que importantes eles se revelaram!), os próprios alunos e, de uma forma geral, todos os que apostaram na importância do ensino presencial, recusando medos excessivos dos que, clara ou insidiosamente, sustentaram o “confinamento escolar”.

Obviamente, em muitíssimas escolas houve “casos de covid” que contagiaram alunos e professores. Milagre seria que assim não fosse. Mas a intervenção adequada dos sistemas locais de saúde permitiu o controlo das situações: a manutenção temporária de alunos e turmas e de docentes em quarentena e em isolamento profilático, permitiu uma razoável “salvação” da escola. Infelizmente, em muitas delas, a falta de professores em algumas disciplinas foi mais prejudicial do que a pandemia.■

Ministro, precisa-se

Na minha boa-fé, quero crer que o investigador Dr. Tiago Brandão Rodrigues é um firme defensor de uma escola pública exigente, inclusiva e de qualidade. Quero mesmo acreditar nisso. Infelizmente, a prática do ministro da Educação com o mesmo nome vai exatamente no sentido contrário. Ao assumir de forma inequívoca o bloqueio negocial com os docentes, através dos sindicatos que os representam – a negociação com os sindicatos é uma exigência e um pilar do regime democrático – o ministro da Educação põe em causa a escola pública – a do comum dos cidadãos. Ela confronta-se com grandes dificuldades, que não se resolvem sem o empenho dos professores e educadores – aqueles que o ministro insiste em ignorar. Um bom investigador não é necessariamente um bom ministro. E a Educação precisa de um bom ministro.■

Miguel André

4. Editorial

5. Dossier. Escolas - Que balanço em período de crise?

6. A Escola do 1.º CEB não é um depósito, tem de ser valorizada

8. O regresso à Escola em contexto de pandemia

10. Escolas em estado de emergência

12. Uma escola de todos e para todos exige a valorização dos seus profissionais

14. Cidadania

Direita democrática em Portugal: um oxímoro

16. Viva a Declaração dos Direitos Humanos!

17. Público na Escola

21. Escola/Professores

21. Assembleia Geral de Delegados Sindicais

21. Novos elementos na Comissão Executiva do SPGL

21. Assembleia Geral de Sócios aprova GREVE NACIONAL dos Professores e Educadores

22. Lutar para Vencer

22. Pelo fim do bloqueio negocial

23. Uma greve em defesa do direito à negociação

24. O problema não está na quantidade

26. Maratona de Cartas

27. Eduardo Lourenço - Um aventureiro do espírito crítico

28. Império de uma Criança

29. Opinião

16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

30. Aos Sócios

33. Consultório Jurídico

Sobre o estatuto remuneratório e outras prestações pecuniárias do pessoal docente



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . Chefe de Redação: Manuel Micaelo . Conselho de Redação: António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguiña, Carlos Leal . Redação: Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha. Capa: D. Petinha . Composição: Fátima Caria . Revisão: Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Feliciano Costa
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

Exigir respeito pela profissão docente e o respeito pelo direito à negociação

Vivemos, porventura, um momento insólito na educação: o ministro recusa-se obstinadamente a reunir com os sindicatos de professores ou, pelo menos, com a sua organização mais representativa, a FENPROF.

O sistema educativo está a passar por um momento complexo, mas os docentes, de uma forma abnegada, já reconhecida por todos, têm dado um contributo fundamental para manter as escolas em funcionamento.

Fazem-no, ainda que não estejam reunidas todas as condições para que tal aconteça. As exigências aumentaram, por força das contingências da pandemia, pelo esforço acrescido de tentar recuperar o que ficou para trás durante o período mais duro de confinamento e agora, também, pelo aumento do número de contágios nas escolas. Tal aumento obriga os professores a desmultiplicarem-se para tentar dar resposta aos alunos que, com cada vez maior frequência, vão ficando em casa em quarentena ou isolamento profilático.

As escolas vão tentando dar as respostas possíveis e os professores desdobram-se para tentar manter as aulas presenciais e o acompanhamento à distância dos seus alunos. Por outro lado, a transmissão televisionada de aulas é muito questionada, pelos riscos que representa na violação do direito à imagem e continua a ser um processo que acentua as desigualdades.

O Ministro continua sem se pronunciar, mantendo um mutismo inexplicável e até caricato. Aliás, nada diz sobre esta situação nem sobre a falta de professores nas escolas que começa a ser uma realidade cada vez mais preocupante. A consequência imediata é o facto de milhares de alunos não terem aulas em algumas disciplinas e, nalguns casos, o problema persiste desde o início do ano letivo. Este é um problema que começa já a ter uma dimensão considerável, não existindo nem recursos suficientes nem orientações precisas para o enfrentar. A curto prazo, provocará uma profunda erosão no sistema educativo e, conseqüentemente, na Escola Pública.

A falta de professores acontece num corpo docente cada vez mais envelhecido, tendência que se tem agravado nos últimos anos. Em Portugal, a idade média dos professores é de 49 anos. Por outro lado, quase metade tem mais de 50 anos (47%) e a faixa etária acima dos 60 já representa 20 % da classe docente portuguesa. Nos próximos 10-15 anos, cer-

ca de dois terços dos professores (67%) terão idade para se aposentarem.

A este fator, junta-se o maior desgaste que comprovadamente os professores sofrem no exercício da sua profissão, em resultado da pandemia, pela exposição a que estão sujeitos nas escolas, no contacto com os seus alunos.

A falta de professores resulta também, em parte, da recusa dos docentes contratados em aceitar horários reduzidos, uma vez que a remuneração mensal não chega, sequer, para pagar as despesas de alojamento a que a deslocação para longe de casa os obriga.

Sobre esta questão já foram apresentadas propostas, no sentido de transformar estes horários em completos porque o são de facto, mas a resposta é, mais uma vez, o silêncio.

A profissão afasta, ainda, os mais jovens porque deixou de ser atrativa e afasta, igualmente, milhares de professores que a escolheram, mas que dela desistiram, pelas condições insatisfatórias proporcionadas, nomeadamente o cruel arrastamento do flagelo da precariedade.

Esta carência começa já a ser ocupada por projetos estranhos à escola pública e já implantados em Portugal, com o fechar de olhos do Ministério da Educação. O objetivo é retirar dinheiro do sistema público, enfraquecer os direitos profissionais dos professores e destruir a escola pública, transformando-a em ensino de caridade para os mais desfavorecidos.

Caros colegas

Perante isto, não podemos ficar passivos ou indiferentes, temos que exigir um ministro da educação que atenda às nossas justas reivindicações, que dialogue connosco na procura de soluções que não se resumam só às questões salariais e da carreira, mas também de medidas que valorizem e dignifiquem a Escola Pública.

Foi em condições muito difíceis que foi marcada a greve de 11 de dezembro. Teve o mérito de colocar na agenda política as justas e necessárias reivindicações dos professores e o embargo negocial a que o ministro nos sujeita. A exigência de encontrar soluções para os problemas e a defesa intransigente do nosso prestígio profissional constituirá o motor das lutas que teremos de continuar a travar.

Boas festas e que 2021 nos abra as portas a uma negociação séria e efetiva. ■



ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL N.º 29 NOVEMBRO/DEZEMBRO 2020

Dossier

■ **Escolas - Que balanço em período de crise?**

A valorização da escola e dos seus profissionais surge como uma necessidade e uma exigência em todos os textos que compõem este Dossier. Valorização que implica resposta a vários problemas e dificuldades que os professores têm vindo, insistentemente, a assinalar. Mas que implica, igualmente, realçar, como é sublinhado por Ana Pina, que “Agora é necessário recriar a relação pedagógica e, especialmente, incentivar novas formas de trabalhar com os alunos, colocando-os no centro do processo de aprendizagem, como coautores e coatores do mesmo”. ■

A Escola do 1.º CEB não é um depósito, tem de ser valorizada

• Carlos Leal

Dirigente do SPGLI

Dossier

Escolas - Que balanço em período de crise?



Foto: Freepick

Com o aproximar do final do primeiro período, para quem não vive o dia a dia nas escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB), pode pensar que este ano letivo está a decorrer dentro da normalidade, quebrada com uma ou outra notícia de um aluno ou de uma turma que tem de ficar em casa por causa da pandemia que infelizmente se instalou no nosso dia a dia. Para quem vê de fora, as escolas adaptaram-se rapidamente a esta nova normalidade e entraram em velocidade de cruzeiro rumo ao final de mais um período escolar.

No entanto, a realidade é muito diferente daquela que tanto querem fazer passar, pois o que se

vive nas escolas do 1.º CEB de normalidade não tem nada.

A aplicação na prática das orientações de segurança transmitidas pelas entidades competentes, tem-se traduzido num motivo de enorme preocupação na vida das escolas, pois estas contradizem tudo aquilo que diariamente nos vão recomendando nos diferentes meios de comunicação. Como exemplo, temos o distanciamento social, que nas escolas em geral e nas do 1.º CEB em particular é uma utopia, pois as salas de aula funcionam exatamente da mesma forma que antes, não foram tomadas medidas relativamente ao redimensionamento das turmas para que fossem ajustadas ao espaço de cada sala de aula. A aplicação das normas de segurança, deixada pela tutela à

responsabilidade discricionária das direções dos agrupamentos, poderia ser uma boa ideia, mas na prática leva a que existam grandes discrepâncias nas formas de organização. Por exemplo, se há agrupamentos que suspendem no 1.º CEB a distribuição de alunos por outras turmas devido à falta imprevista do professor titular de turma, medida já de si ilegal, houve outras que mantiveram a ilegalidade indo contra todas as orientações de segurança, colocando em risco alunos, professores e restante comunidade educativa.

A falta de informação, conjugada com a discrepância de procedimentos no que diz respeito aos isolamentos profiláticos, ou à falta deles, ordenados pelos diferentes delegados de saúde, e

a forma como são comunicados à comunidade escolar, onde em contextos semelhantes são tomadas decisões diferentes, são aspetos que provocam na comunidade escolar insegurança e mau estar, que facilmente poderiam ser ultrapassadas se houvesse da parte dos responsáveis uma comunicação clara e objetiva sobre os procedimentos adotados. Não é por acaso que mais de 90% dos docentes se sentem inseguros e com medo dentro dos estabelecimentos de ensino, como é facilmente comprovado pelo estudo da FENPROF sobre o assunto (<https://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=708&doc=12821>).

O #estudoemcasa dos segundo e terceiro períodos do ano letivo passado, mesmo com todo o empenho dos professores, provocou nos alunos um atraso significativo nas aprendizagens, que durante este ano letivo tem obrigatoriamente de ser colmatado. A tutela, em vez de disponibilizar às escolas recursos humanos, nomeadamente a colocação de mais professores, entendeu que cinco semanas de aulas seriam suficientes para recuperar quase dois períodos de aprendizagens. Quem diariamente organiza e planeia a atividade letiva, quem conhece melhor que ninguém os alunos, sabe perfeitamente que a medida é insuficiente, sabe que a recuperação das aprendizagens é um processo que deve decorrer ao longo do ano e que são necessários mais professores nas escolas para que até final do ano letivo se consigam colmatar as perdas.

No que respeita aos horários de trabalho, que numa situação normal já se encontram gravemente feridos de legalidade, com esta nova realidade ainda os conseguiram piorar. Por exemplo, com a falta de pessoal não docente que reina nos nossos estabelecimentos de ensino, onde também aqui as entidades responsáveis não atuam, como prometeram, colocando o pessoal não docente necessário para o bom funcionamento das escolas, aos professores do 1.º CEB é-lhes atribuída a tarefa de fazer vigilâncias de

intervalos e em alguns casos até de almoços, tarefas essas que não fazem parte do seu conteúdo funcional, não podendo de maneira nenhuma integrar a sua componente letiva, como muito bem esclarece a FENPROF na tomada de posição enviada para todas as escolas e docentes do 1.º CEB (<https://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=62&doc=12790>). Sendo que, também aqui, a greve ao sobretrabalho, a decorrer desde 27 de outubro, passou a abranger irregularidades relacionadas com esta problemática. Resta aos docentes do 1.º CEB obrigarem as direções dos agrupamentos a cumprirem a lei.

Outra das situações que está a provocar enorme desgaste no corpo docente relaciona-se com o facto de alguns agrupamentos terem dado orientações para que as aulas fossem obrigatoriamente transmitidas em direto, via plataformas de videoconferência, aos alunos que entrem de isolamento profilático. Tal medida, com todo o constrangimento que causa ao professor, pois está a ser exposto sem que existam garantias de segurança em termos de violação dos direitos à imagem e à reserva de identidade de professores e alunos, também não dá qualquer garantia de que resulte pedagogicamente, pois preparar aulas para o ensino presencial não é igual à preparação das aulas à distância, sendo exemplo disso o acompanhamento de alunos que por motivos de saúde não podem frequentar a escola. Também aqui o SPGL tomou uma posição objetiva sobre o assunto: <https://www.spgl.pt/aulas-e-apoio-aos-alunos-a-distancia-sobre-a-gravacao-e-transmissao-em-direto-de-aulas>. De realçar que infelizmente sempre existiram alunos a faltar e que existem procedimentos legais e bem definidos para a recuperação das aprendizagens desses alunos. Todas estas situações se somam aos problemas já identificados há muito tempo, tais como:

- A dispensa da Componente Letiva prevista no artigo 79º do ECD que deve reverter para a

Componente Individual;

- Todo o trabalho com alunos que deve ser considerado letivo;

- A colocação de mais docentes, assistentes operacionais e outros técnicos; a alteração ao regime de aposentação, tendo em atenção as condições de trabalho deste setor de ensino; a redução das horas de componente letiva;

- A redução da componente letiva para quem desempenha cargos, coordenações de estabelecimento e de ano;

- A redução do número de alunos por turma; a alteração do modelo de gestão das escolas; o fim do processo de municipalização em curso;

- O respeito pelo tempo de intervalo.

São aspetos que provocam nos docentes um desgaste que vai muito para além do aceitável, fazendo com que os docentes do 1.º CEB cheguem ao final do primeiro período como se fosse o final do ano letivo, exaustos e muito preocupados com o futuro.■

Para quem vê de fora, as escolas adaptaram-se rapidamente a esta nova normalidade e entraram em velocidade de cruzeiro rumo ao final de mais um período escolar. No entanto, a realidade é muito diferente daquela que tanto querem fazer passar, pois o que se vive nas escolas do 1.º CEB de normalidade não tem nada.



O regresso à Escola em contexto de pandemia

Balanço dos últimos 4 meses

• Ana Pina

| Diretora da Esc. Secundária Fernão Mendes Pinto, Almada |

De agosto a novembro – 4 meses de grande tensão e, sobretudo de muita dedicação.

Na realidade, mais do que nunca, o desempenho dos diretores (e de todos os profissionais da educação) pautou-se pela ideia de serviço público, imbuída de uma enorme generosidade e empatia, de forma a contribuir para uma causa para nós essencial – a educação dos nossos jovens, essa “arma fundamental para mudar o mundo” (Nelson Mandela), jo-

vens esses que serão os construtores do futuro de que teimamos em não desistir e que insistimos em acreditar vir a ser melhor.

18 semanas de trabalho duro, tentando evitar o desalento, prevenindo a insegurança e a instalação do medo na escola, ao mesmo tempo que se reinventava um trabalho empobrecido pela falta de proximidade, que o distanciamento social e o uso de máscaras acarretam e depois de diversos meses de ensino a distância. Pois ser professor implica o face a face, o toque de ânimo, impedidos pelos requisitos sanitários.

Agora é necessário recriar a relação pedagógica e, especialmente, incentivar novas formas de trabalhar com os alunos, colocando-os no centro do processo de aprendizagem, como coautores e coautores do mesmo.

A este propósito, destaco a relevância do plano de transição digital e a importância de equipar tecnologicamente todos os alunos e docentes. Não pela tecnologia em si, que não substitui de todo o ato pedagógico. Mas pelas portas que esses dispositivos poderão abrir, no desenvolvimento das competências plasmadas no

perfil dos alunos e na aquisição de conhecimentos oriundos de múltiplas fontes e que os professores saberão sabiamente gerir e orientar.

Igualmente esses recursos, ausentes em tantas famílias durante o confinamento dos alunos, são essenciais na criação de condições para que as populações socioeconomicamente mais vulneráveis não fiquem para trás, em contexto de novo confinamento ou (o mais provável) no contexto atual e futuro de uso cada vez mais recorrente das tecnologias ao serviço da aprendizagem.

Por outro lado, negociar compromissos com colegas e outros parceiros por plataformas, que nos dissecam em quadradinhos impessoais e nos “picam os miolos”, tem sido um dos maiores desafios colocados aos diretores das escolas. E penso que a todos os que nela interagem. E num período de pandemia a comunicação é crucial e pode, se mal orientada ou marcada por ruído, constituir-se como um entrave perigoso à construção de compromissos; ao invés, é potencialmente um caminho privilegiado de colaboração para responder a problemas sociais cada vez mais complexos, num contexto de governação integrada.

Se juntarmos a profusão de plataformas (que teimam em crescer), aos pedidos de horários docentes, em reserva de recrutamento ou contratação escolar (que se prolongam até aos dias de hoje), aos concursos de pessoal não docentes, cujos tempos não são compatíveis com os da vida da escola, às novas (e várias) plataformas para registo diário de casos de Covid e à receção e encaminhamento dos isolamentos profiláticos, que tempo resta para acompanhar a implementação da visão e missão da escola, ideário coletivo tecido de entendimentos muitas vezes precários e em não raras ocasiões conflituais?

Por vezes, sinto todo o projeto desta organização à beira do estilhaçar..., mas o meu otimismo permite-me sempre acreditar nas pessoas. E as organizações são,

antes e no final de tudo, constituídas por pessoas e para pessoas...

É, pois, necessário não perder o foco. E ele é centrado na organização pedagógica da escola e numa liderança que se pretende transformacional, que não se limita a empurrar o dia a dia da escola, mas que, sobretudo, aposta em dar sentido ao caminho a percorrer.

Escrevo em meu nome, mas creio que o meu testemunho reflete várias vozes. Espero que não seja pretensiosismo meu.

Já comentei em vários fóruns privados que também os profissionais de educação estiveram e continuam a estar na linha da frente perante esta pandemia inesperada, que se arrasta desde março.

Sem certezas. Com receios. Sem preparação e recursos para mudanças que se tornaram urgentes e inadiáveis. Mas com muita vontade e imaginação.

A verdade é que as lideranças escolares e as respetivas comunidades onde se inserem têm demonstrado uma resiliência extraordinária face à adversidade, respondendo com uma humanidade incontestável ao desafio de manter uma aprendizagem de qualidade, dando cumprimento à lei de bases do sistema educativo, sem descurar a segurança e a proteção de todos os que coabitam na escola. Educação e Saúde procuram emparceirar. E a rede de relações entre as direções escolares e as autoridades de saúde locais têm vindo a melhorar. Não sem sobressaltos. Sabemos todos que vivemos uma situação de exceção e que não existem recursos suficientes para responder a situações desta natureza. Sem conformismo, mas com resistência ativa, vamos conseguindo avançar e encontrar soluções, nem sempre as ideais, para os problemas que se levantam. Aliás, como sempre...

Regressando a agosto, porque este ano não houve pausa para descanso, tive de construir três cenários de funcionamento do ano letivo, para este ano de 2020-21, um plano de recuperação e

consolidação das aprendizagens e ainda pesquisar vários documentos de suporte ao regresso às aulas ao nível da saúde mental e do bem-estar de alunos, professores e pessoal não docente. Tudo para discutir em conselho pedagógico, em setembro. Simultaneamente, foi o mês de concluir balanços pedagógicos, a incluir no relatório do plano anual de atividades, entre outros. Depois de meses de incerteza (março a julho), não posso dizer que foi fácil e muito menos tranquilo.

De setembro a novembro foi a chamada lufa-lufa, de manhã à noite, por vezes com fins de semana interrompidos, para dar conta de todos os reptos, de complexidade e dimensão variada, mas sempre exigentes.

Se os casos de saúde não têm sido o principal problema até agora (não houve nenhum surto escolar e todos eles vieram do seio familiar), a realidade é que toda a estrutura de segurança montada (criação de bolhas, máscaras, medição de temperatura, distanciamento, intervalos reduzidos ao mínimo, etc.) tem afetado a alegria e o bem-estar de todos os que diariamente vivem a escola. Incluindo-me nesse grupo, confesso que não é nada simples passar dias vendo tão poucos colegas e observando o ar de desconsolo de alunos que percorrem os corredores da escola (quando podem...)! Na verdade, as dificuldades têm sido muitas, mas as esperanças também. Pouco me referi a estas últimas. Como costume comentar, não fossem os diretores/professores comprometidos com um futuro mais justo, equitativo, solidário e democrático não era possível garantir uma visão de promessas e possibilidades para os nossos jovens, como acho que sempre conseguiremos fazer, com a imaginação moral que nos anima.

Em jeito de conclusão: nós professores, temporariamente ao serviço de um cargo – de diretores –, teremos sempre de ser uma fonte de inspiração para o desenvolvimento do país. ■

Escolas em estado de emergência

• **Paula Rodrigues**

Dirigente do SPGLI

Dossier

Escolas - Que balanço em período de crise?

Nova realidade, velhos problemas.

Iniciado dezembro, o primeiro período quase terminado, as escolas debatem-se com os velhos problemas acrescidos dos que resultam da pandemia provocada pela Covid-19.

Com base nos procedimentos emanados pela DGS, as escolas desenharam e aplicaram o seu plano de contingência.

Pelas escolas, encontram-se espalhados os dispensadores de álcool-gel, os borrifadores de desinfetante de superfícies, panos ou rolos de papel. No chão, foi feita a sinalética, assinalados percursos diferenciados e demarcadas distâncias para serem cumpridas nas filas do bar, da papelaria, secretaria ou outros serviços. Foram igualmente estabelecidos limites para o número de pessoas nas casas de banho, secretaria, PBX, bibliotecas ou refeitórios, onde foi criado o serviço de “take-away” no refeitório para os alunos levarem a comida para fora da escola. À entrada das escolas as mãos são desinfetadas e, em algumas, mede-se a temperatura.

Alguns estabelecimentos de ensino mantiveram o período de funcionamento, ao passo que, noutras escolas, os horários das turmas foram desconstruídos de modo a evitar aglomerações nas entradas, nos intervalos, nos corredores, nos refeitórios e noutros espaços comuns. Algumas escolas optaram por abolir os toques das campainhas que assinalam o

início e o fim de cada aula, enquanto outras os mantiveram, o que causa uma extrema confusão nas entradas e saídas, porque se torna difícil perceber no instante a quem se destina. Um dos motivos que conduziram ao desfasamento dos horários foi uma tentativa de reduzir o número de passageiros por viagem nos transportes públicos. Porém, as empresas que gerem estes transportes acabaram em muitas circunstâncias por não se adaptar aos novos horários, o que obriga alguns dos seus utilizadores a irem muito mais cedo ou mais tarde do que o necessário e a viajarem em veículos que não respeitam de modo algum as regras de distanciamento.

A maior parte das reuniões poderá ser realizada agora à distância, recorrendo às diversas plataformas de videoconferência. Porém, muitas escolas insistem nas reuniões presenciais, realizadas em espaços que de modo algum cumprem as orientações emanadas pela DGS.

Relativamente às condições de trabalho nas escolas, a situação piorou. Os professores veem-se confrontados com o problema da conceção dos espaços, a sobrelocação dos mesmos e com a eterna falta de recursos humanos e materiais.

Com efeito, enquanto que relativamente à ocupação de locais abertos ao público, a DGS estabelece como limite máximo 5 pessoas/100 m², nas escolas, estas regras não se aplicam, nem nas salas de aula nem nos restantes espaços. Nas salas de aula, com cerca de 30m² a 60 m² de

área útil, concentram-se, como anteriormente, 20 a 30 alunos, dado que o número de discentes por turma não foi, em geral, reduzido, tendo chegado mesmo a aumentar em alguns casos, sobretudo no ensino secundário. O ME não permitiu que as escolas dividissem turmas, que articulassem o ensino entre aulas presenciais e à distância. Nos corredores, refeitórios e restantes espaços, os problemas são os mesmos, sobretudo em dias de chuva, uma vez que muitas das escolas não têm espaços amplos cobertos. A necessidade de manutenção das portas abertas e o arejamento das salas de aula são outra complicação e veio ampliar os estruturais problemas de desconforto térmico e acústico das salas.

Com as máscaras na cara, ouvir e compreender os alunos implica um enorme esforço e projetar a voz de modo a ser compreendido pelos alunos em salas com uma acústica deficitária aumentou sobremaneira o cansaço diário.

Aos professores foi pedido um grande esforço suplementar: o de, além das suas aulas presenciais, acompanharem os alunos que, por quarentena ou por pertencerem a grupos de risco, são forçados a ficar em casa. Algumas escolas propuseram que os professores gravassem as aulas que seriam assim disponibilizadas aos alunos retidos em casa, ideia fortemente combatida pelos docentes, apoiados pelos seus sindicatos, por razões pedagógicas, de segurança e de respeito pela propriedade intelectual. Mas os alunos não deixaram de ser

acompanhados, em momentos não coincidentes com as aulas presenciais, o que se traduziu objetivamente no aumento do horário letivo do professor.

Em algumas escolas, os intervalos desapareceram e quer alunos quer professores são obrigados a permanecer nas respetivas salas durante horas a fio.

As estratégias e atividades letivas foram muito alteradas com as restrições na partilha e no manuseamento de materiais nas aulas mais “práticas” como as laboratoriais, de Educação Visual e Educação Tecnológica. Nas aulas de Música, por exemplo, não podendo os alunos partilhar os instrumentos, também não tocam instrumentos de sopro como a flauta, pois não podem tirar a máscara. Assim, simulam o posicionamento dos dedos em sala de aula, estudam em casa e enviam ao professor gravações com a atividade prática para o professor orientar, corrigir e avaliar. Em Educação Física, algumas das atividades são já realizadas com máscara e os desportos de equipa, fundamentais para a socialização dos alunos, cederam lugar a exercícios mais individuais, a fim de se evitar o contacto físico. Nas restantes disciplinas, para além de se procurar que não haja partilha de material, evita-se o uso de fotocópias, a ida ao quadro e, cada vez que alguém usa as canetas ou o apagador, lá tem de ser desinfetado. Nas bibliotecas escolares, foram criadas regras rígidas de utilização dos livros e outros materiais para também evitar a propagação do vírus.

No que respeita aos recursos humanos, que já eram escassos, não houve reforço para fazer face às necessidades das escolas. Contrariamente ao expectável e fundamental num contexto em que a higienização dos espaços é prioritária, não aumentou o número de assistentes operacionais técnicos e é praticamente impossível garantir a higienização dos espaços, sobretudo no caso de turmas que mudam constantemente de sala. Algumas escolas optaram por pedir a colaboração dos alu-

nos na higienização das suas secretárias, o que faz perder tempo nas diferentes disciplinas, gerou a contestação de alguns encarregados de educação e de modo algum poderá garantir a segurança de todos os alunos.

No que respeita aos professores, verifica-se uma inaceitável falta de docentes em praticamente todos os grupos de recrutamento, sobretudo nas TIC, Línguas, Geografia... Esta falta grave, que já existia em anos anteriores, agravou-se com os pedidos de aposentação, a apresentação de declarações médicas de doente de risco ou atestados médicos. Para este facto, não nos podemos esquecer de que os professores portugueses são dos mais velhos da OCDE, conforme os sindicatos têm alertado nos últimos anos. Neste momento, há milhares de alunos ainda sem aulas e, em muitos casos, não se prevê que venham a tê-las, por não haver candidatos para preencher os horários a concurso. Por seu lado, os professores que estão a trabalhar nas escolas, que já estavam sobrecarregados, são pressionados a desempenhar mais funções e acumular mais horas de trabalho, o que acabará por os esgotar ainda mais.

Nas escolas com salas de multi-deficiência, os alunos permanecem confinados no mesmo espaço, muitas vezes reduzido, sem máscara e com poucos recursos. É muito próximo o contacto físico com os professores, terapeutas e assistentes operacionais, pelo que é quase impossível impedir o contágio nesse contexto.

A identificação de pessoas contagiadas com a Covid-19 contribui igualmente para uma enorme instabilidade nas escolas, devido, sobretudo, aos efeitos da própria doença; a toda a burocracia que a situação obriga, mobilizando horas de trabalho aos diretores de turma; ao facto de muitas escolas procurarem não ser totalmente transparentes quanto ao número de casos; à aparente arbitrariedade na identificação de contactos de proximidade e nas decisões dos delegados de saúde.

Acrescem, ainda, os problemas com que as escolas já se confrontavam como a indisciplina, a inexistência ou a presença de equipamento informático e audiovisual obsoleto e a falta de formação, assim como o tempo para a realizar.

Em suma, um período letivo está a terminar e mais uma vez as escolas, os seus profissionais e os alunos não mereceram da parte do governo um investimento sério.

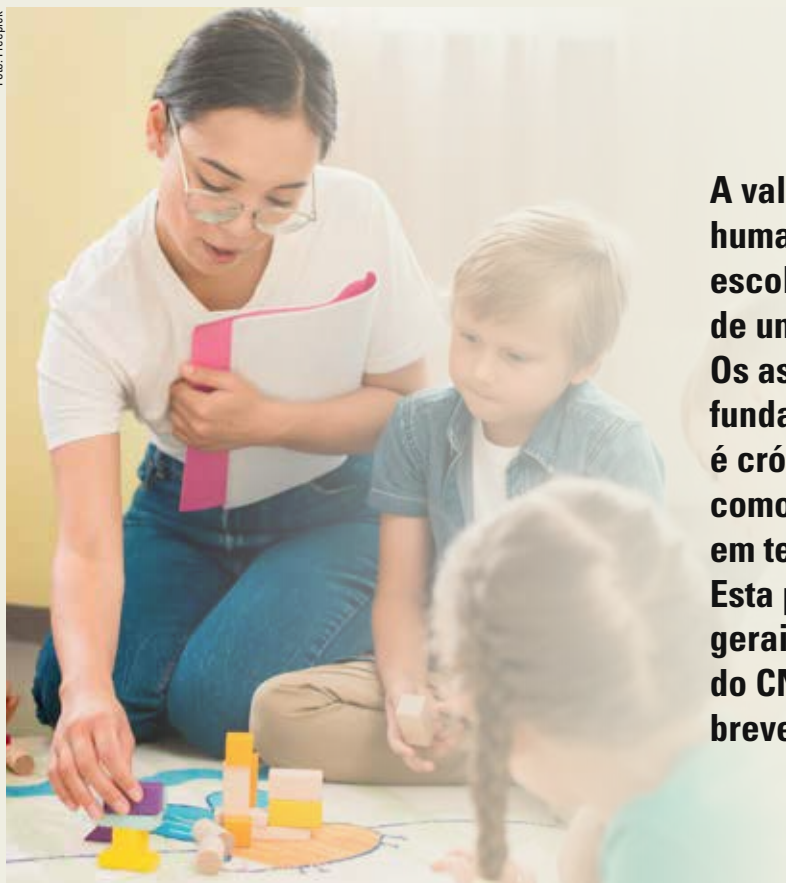
Os sindicatos há muito que têm alertado para os problemas que afetam a Escola Pública e apresentaram propostas concretas, mas o ME recusa-se a negociar. Uma vez mais, os professores, divididos entre o receio do contágio e um enorme profissionalismo, enfrentam a situação pandémica e a falta de condições nas escolas e procuram garantir o mais possível, como sempre fizeram, uma educação de qualidade para os seus alunos, assim como o seu bem-estar psicológico, assegurando que a sociedade continue a funcionar com a normalidade possível. É toda esta dedicação e a vontade de contribuir para o bem comum que fazem com que as escolas ainda sejam espaços de saber, reflexão, partilha e de crescimento.

Quando seremos ouvidos? Quem melhor do que nós sabe sobre o funcionamento das escolas e sobre a educação? ■

É toda esta dedicação e a vontade de contribuir para o bem comum que fazem com que as escolas ainda sejam espaços de saber, reflexão, partilha e de crescimento. Quando seremos ouvidos? Quem melhor do que nós sabe sobre o funcionamento das escolas e sobre a educação?

Uma escola de todos e para todos exige a valorização dos seus profissionais

Foto: Freepick



A valorização dos recursos humanos é a base de uma escola de qualidade, de uma escola inclusiva. Os assistentes operacionais são fundamentais e o seu défice já é crónico. Não só são preciso mais, como valorizados, nomeadamente em termos de formação. Esta poderá ser, em termos muito gerais, a síntese dos documentos do CNE de que aqui damos breve nota.

• **Sofia Vilarigues e Lúgia Calapez**
|Jornalistas|

De acordo com os documentos do CNE - Conselho Nacional da Educação - “A condição dos assistentes e dos técnicos especializados que integram as atividades educativas das escolas”, de fevereiro e de setembro de 2020 - o número de assistentes operacionais (AO) e técnicos especializados (TE) em funções nas escolas públicas tem vindo a diminuir nos últimos anos. Depois de ter sido atingido o máximo de 57 988 em 2013/2014, este número baixou para 52 337 profissionais, em 2017/2018. Neste quadro, o papel dos AO é

reconhecido, salientando-se o seu número insuficiente, mas também as baixas habilitações. De facto, salienta o CNE, a importância do papel dos AO tem vindo a ser largamente reconhecida, no que respeita às responsabilidades e à dimensão educativa do seu trabalho, valorizado sobretudo pela vantagem de estes profissionais serem detentores de um melhor conhecimento das dinâmicas do meio, por comparação com outros atores, podendo fornecer aos professores, psicólogos, ou outros intervenientes, preciosos indicadores que possibilitem melhorar o ambiente. Isto apesar de terem sido também retratados como insatisfeitos com os salários e com

as carreiras, com pouca representatividade social, idade avançada e baixas habilitações. O estudo PISA 2018, citado pelo CNE, revela preocupação, por parte dos diretores dos agrupamentos ou das escolas não agrupadas, quanto ao número insuficiente de AO. Com efeito, no conjunto dos países da União Europeia, Portugal e a Grécia são os que apresentam percentagens mais elevadas de alunos cujos diretores das escolas afirmaram que o ensino é “muito afetado” pela falta de pessoal auxiliar. Mais concretamente, em Portugal, cerca de 68% dos alunos que realizaram os testes PISA frequentam escolas cujos diretores conside

ram que o ensino é “muito afetado” ou afetado “em certa medida” pela falta de pessoal auxiliar. Os diretores consideram que a escassez de AO nas escolas contribui para afetar, sobretudo, o ensino nas escolas com mais alunos de estatuto socioeconómico e cultural baixo.

Por outro lado, o diploma legal sobre a inclusão escolar prevê a necessidade das escolas disporem de um maior número de AO para o apoio aos alunos e às necessidades diferenciadas que apresentam, todavia é vago quanto ao rácio. O reduzido número de AO afeta, por exemplo, o bom funcionamento das unidades de apoio especializado, “na medida em que pode impedir a participação dos alunos das unidades de multideficiência nas turmas, por falta de quem os possa acompanhar”.

Isto quando, de acordo com dados recolhidos entre 2010/2011 e 2017/2018, o número de crianças e jovens com necessidades especiais de educação passou de 43 248 para 76 028, registando-se um crescimento de 32 780 alunos.

Também a atividade dos técnicos especializados nas escolas tem vindo a demonstrar um percurso irregular, em matéria de presença, permanência e continuidade, devido à precariedade, isto é, à falta de estabilidade, associada a modelos de contratação e/ou criação de carreira, nomeadamente no que se refere aos profissionais de psicologia, serviço social e animação sociocultural, considera o CNE.

Por fim, o CNE chama a atenção para a centralidade do papel dos TE, nomeadamente psicólogos, técnicos de serviço social e animadores socioculturais, para intervir nas situações de risco (social, psicológico e físico) de crianças e jovens.

A questão da falta de funcionários da escola levou entretanto à muito recente revisão, em outubro, da portaria relativa aos critérios e à fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não do-

cente, a do ratio dos assistentes operacionais.

Recomendações – mais profissionais da educação não docentes e mais valorizados

Face a este quadro, o Conselho Nacional de Educação avança com uma série de recomendações, de que começamos por destacar uma que se afigura particularmente significativa: “Os profissionais da educação que não são docentes devem ver reconhecidas, valorizadas e dignificadas as suas funções e responsabilidades em contexto escolar, no que se refere à qualificação, às suas obrigações profissionais, à vinculação e ao desenvolvimento das suas carreiras”.

Nesse sentido o CNE defende, nomeadamente, que estes funcionários tenham pelo menos o 12º ano de escolaridade e a realização de ações de formação contínuas “de inequívoca relevância profissional”.

Considera ainda a criação de uma nova categoria profissional para apoio especializado à Educação Pré-Escolar e ao Ensino Básico, com a possível designação de Assistente de Educação (AE).

Outras das recomendações têm a ver com a falta de assistentes operacionais e técnicos. “Tendo em conta as diferentes realidades, cada escola deverá poder definir os critérios de contratação dos AO e AT em função das suas necessidades”, considera o CNE. E recomenda ainda a revisão dos modelos de contratação dos AO que trabalham nas escolas “muitas vezes em situações precárias e dependendo hierarquicamente de vários serviços” e a criação de um mecanismo de substituição de AO e de AT em situações de ausência prolongada.

Numa perspetiva de diversificar o leque de profissões necessárias às escolas, o CNE aconselha a contratação de profissionais de diferentes valências, em particular ao nível da educação social e apoio socioeducativo, da administração financeira e da gestão de recursos humanos.

Por último, defende que a designação de “pessoal não docente” seja revista, como inadequada, “pela não valorização da identidade profissional dos diferentes profissionais”. ■

Em síntese

A caracterização de certos elementos do sistema educativo em Portugal e a comparação com a situação de outros países põem em evidência alguns aspetos que devem merecer uma reflexão mais aprofundada:

- A par da atividade docente os professores são chamados a realizar outras tarefas (nomeadamente de âmbito administrativo) que podiam ser executadas por outros profissionais, o que permitiria recentragem na sua missão, no processo de ensino e aprendizagem.
- A diversidade de tarefas hoje exigida à escola, que a todos inclui, aponta para a criação de equipas de profissionais, de categorias existentes ou a criar, com funções bem definidas (ex. assistente de educação, pessoal especializado de apoio pedagógico, de saúde e social) laborando de forma articulada para o mesmo fim.
- Dado o impacto que o pessoal operacional pode ter no clima de escola e nos resultados dos alunos, nomeadamente em escolas frequentadas por alunos de estatuto socioeconómico baixo, a ação permanente destes profissionais poderá ser assegurada e potenciada através de uma formação inicial e contínua adequada às funções desempenhadas.
- O reconhecimento do papel fundamental de todos os profissionais para uma escola que se pretende cada vez mais inclusiva e de sucesso para todos os alunos.

https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Relatorio_Tecnico_Assistentes_Tecnicos_-_Site.pdf

Direita democrática em Portugal: um oxímoro

Joaquim Jorge Veiguinha

O acordo entre o PSD e o Chega que viabilizou o governo de coligação entre este partido o CDS/PP e o PPM nos Açores, também com o apoio da Iniciativa Liberal, constitui provavelmente o primeiro passo para a entrada do partido de André Ventura num governo de direita a nível nacional ou então para a sua viabilização. O Chega não é apenas um partido xenófobo e racista, mas um adversário visceral da Constituição de 1976 (CRP) que substituiu a de 1933, a do chamado “Estado Novo”, defendendo a eliminação do artigo que estabelece os limites materiais da sua revisão que asseguram os direitos individuais, políticos, sociais e culturais dos cidadãos e os direitos dos trabalhadores, bem como a separação de poderes e a independência dos tribunais. Este partido defende também o fim da presunção de inocência, a prisão perpétua e, a nível socioeconómico, o fim dos impostos progressivos, que é também

uma reivindicação dos neoliberais da Iniciativa Liberal, a privatização e desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde e da Educação Pública, todo um programa de supressão dos principais direitos económicos, sociais e culturais da CRP.

Poder-se-á perguntar: o Chega, partido de extrema-direita, é um fenómeno isolado, circunstancial, ou integra-se numa vaga de fundo da direita portuguesa que ressurgue em determinados períodos como se fosse a ponta de um icebergue que permanece na maior parte do tempo submerso? E se não é um fenómeno circunstancial, existirá ou não uma direita democrática em Portugal?

As lições da História

Consultemos a História portuguesa do pós-25 de Abril. O PSD de Sá Carneiro, apesar de ter votado a favor da CRP num período em que todos os partidos, com a exceção do CDS, proclamavam a intenção de construir o socialismo, em 1979-80, quando go-

vernava em coligação com o CDS-PP e o PPM, apresentou como candidato às eleições presidenciais de 1981 o general Soares Carneiro, um opositor dessa mesma Constituição e do regime democrático instituído pela Revolução de 25 de Abril de 1974. Mais recentemente, Passos Coelho quando era primeiro-ministro manifestou a sua hostilidade aos direitos económicos e sociais da CRP, o que o aproxima nesta questão do partido de André Ventura que não por acaso proveio do PSD e não foi desautorizado por ter manifestado o seu racismo xenófobo relativamente à comunidade cigana, ao contrário do que aconteceu com o CDS/PP de Assunção Cristas que se retirou da coligação eleitoral com o PSD em Loures.

Retornemos ao passado, aos governos de maioria absoluta do PSD de Cavaco Silva (1986-1995). Poderemos destacar três medidas que expressam a sua natureza política:

- abolição da Comissão sobre o Livro Negro do fascismo, documento fundamental para se poder fazer uma



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

INCLUI LEI DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL



O Chega não é apenas um partido xenófobo e racista, mas um adversário visceral da Constituição de 1976 (CRP) que substituiu a de 1933, a do chamado “Estado Novo”, defendendo a eliminação do artigo que estabelece os limites materiais da sua revisão que asseguram os direitos individuais, políticos, sociais e culturais dos cidadãos e os direitos dos trabalhadores, bem como a separação de poderes e a independência dos tribunais.

avaliação da repressão e dos crimes do “Estado Novo”;

- abolição da Comissão Instaladora do Museu Nacional sobre a Resistência ao Fascismo, que não deve ser confundido com o Museu da República e Resistência em Lisboa, que é um museu municipal;

- e, *last but not least*, acoplamento da lei, criada por um governo socialista de Mário Soares, que atribuía subvenções por serviços prestados à democracia, com as atribuídas por razões militares, cuja principal consequência foi, por um lado, a sua atribuição a dois agentes da PIDE que atuavam nas ex-colónias portuguesas e, por outro lado, a recusa em conceder uma pensão à viúva do capitão de Abril Salgueiro Maia.

À procura de Godot

Tendo em conta estes pressupostos, a discussão sobre se existe ou não uma direita democrática em Portugal não passa de um contrassenso. De facto, em momentos capitais o maior partido

da direita portuguesa demonstrou uma forte hostilidade a algumas conquistas do regime democrático instituído pelo 25 de Abril, bem como à preservação da memória histórica do regime fascista português. De um modo geral, a direita portuguesa é estruturalmente antirrepublicana – durante o governo PSD-CDS/PP desapareceram dos documentos oficiais todas as referências ao termo ‘República Portuguesa’ substituído pelo termo ‘Governo de Portugal’ –, revela uma nostalgia crescente pela constituição de uma espécie de nova “União Nacional” e não olha a meios para conquistar o poder político. Eis algumas das razões pelas quais o partido de André Ventura não constitui um corpo estranho à direita tradicional portuguesa a que se juntou também a Iniciativa Liberal: pelo contrário, aquele expressa a sua verdadeira natureza, a sua essência, que se revela atualmente no seu máximo esplendor. Quando o vice-presidente do PSD, Nuno Morais Sarmiento, defende numa entrevista ao jornal *Público* de 12 de novembro que

“é mais grave (...) fazer caminho com um partido revolucionário que nega os princípios básicos da democracia do que eu aceitar que votem no meu programa partidos que são partidos de extrema-direita”, admite explicitamente que existem grandes afinidades entre o seu partido e o Chega. É como se afirmasse que o nazismo, um regime reacionário de massa que praticou o genocídio, é ‘mais aceitável’ ou menos criminoso do que o estalinismo. Em suma, as raras boas almas que andam por aí à procura de uma direita democrática em Portugal, fariam melhor em desistir da sua demanda, pois esta não existe, nunca existiu e, por conseguinte, não pode ser refundada. Por agora, pelo menos. ■

Viva a Declaração dos Direitos Humanos!



Foto: Freepick

Fotos: Jornal Público

• Almerinda Bento

Hoje, dia 10 de Dezembro, assinala-se o 72º aniversário da proclamação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um texto fundador dos direitos humanos e liberdades fundamentais a serem protegidos universalmente, a partir do qual foram posteriormente declinadas muitas outras declarações, constituições e textos que são referências para os governos e para o progresso da Humanidade. Saída do período imediatamente a seguir ao fim da 2ª Guerra Mundial, a Declaração quer, nos seus 30 artigos, criar um sistema de direitos que impeçam aquilo que foram os horrores saídos da guerra como o holocausto, as perseguições ou os bombardeamentos. Começando o 1º artigo com esta formulação - **Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade** – a Liberdade, a Igualdade, a Dignidade e a Justiça são os valores que perpassam toda a Declaração. A

não discriminação por razões de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou origem social; o direito à vida e à liberdade e segurança pessoal; a proibição da escravatura, tortura ou tratamentos cruéis; a proibição de casamentos forçados; o direito à privacidade, ao trabalho e a uma remuneração justa; o direito ao lazer e à cultura; o direito à educação (art.º 26); o direito à liberdade de pensamento, de consciência, de religião, de opinião, de expressão, de reunião e associação, o direito ao voto.

Sendo um *“ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações”* e um compromisso assinado pelos Estados, estes têm o dever de criar as condições para garantir o Estado de Direito. Todos nós cidadãos e cidadãs temos um papel a desempenhar, mas sobretudo e especialmente quem desempenha cargos políticos, quem tem obrigações ligadas à gestão da vida pública e à felicidade e bem-estar das populações.

Mas, diariamente, *“vemos, ouvimos e lemos”*, não só o atropelo de muito do

que desde há 72 anos foi proclamado e assinado por muitos Estados, mas também os retrocessos civilizacionais e o pôr em causa o Estado de Direito. *“Não podemos ignorar”*: Refugiados em fuga da guerra, da fome, da perseguição política, da violência na Síria, no Sudão, na Etiópia, em Moçambique. Povos privados de direitos e da sua terra como o povo Palestiniano, o povo Saharai ou o povo Rohingya. Meninas traficadas e forçadas a casar contra a sua vontade. Trabalho escravo em explorações agrícolas. Abusos e tortura por parte das forças policiais. Racismo naturalizado. Femicídios e crimes de ódio contra comunidades LGBTI.

Todos sabemos que os direitos são conquistas que nunca estão garantidas se não os soubermos preservar e aprofundar. Em períodos de crise estão mais vulneráveis. Cabe às forças progressistas lutar para honrar o legado que tanto custou a construir.

Viva a Declaração dos Direitos Humanos!

10 de Dezembro de 2020



Público na Escola.

Um projeto em que confluem envolvimento, espírito crítico, muito trabalho e muito entusiasmo

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues
Jornalistas

“Renascido” dia 5 de novembro do ano passado, escassos meses antes de se ter declarado a pandemia, o Público na Escola viveu nestes dias – a 27 de novembro - um momento significativo, com a entrega dos prémios do Concurso Nacional de Jornais Escolares.

Para saber mais sobre o [Público na Escola](#) e, em particular, sobre o Concurso Nacional de Jornais Escolares, tivemos uma breve conversa com as coordenadoras do projeto, Bárbara Simões (jornalista) e Luísa Gonçalves (professora). Conversa em que se cruzam – ou se entrelaçam – as perspetivas do projeto com a dinâmica das escolas. Um processo que provou a sua vitalidade e que revelou, em tempos de pandemia, alguns enriquecedores “efeitos colaterais”.

Um tandem entre o Público e as escolas

O Público na Escola “é um projeto que nasce com o próprio Público”. E que, sublinha Bárbara Simões, “foi na altura uma ideia completamente inovadora,

que teve um percurso notável ao longo da história do próprio jornal e que envolveu muitos alunos e professores, escolas”.

O Concurso Nacional de Jornais acompanha o projeto desde o início. Numa primeira fase “era com uma revista – cadernos pedagógicos – e depois passou a ter o formato atual”.

Retornado após alguns anos de interrupção, o projeto vê-se de imediato confrontado com uma situação que para todos nós é inédita. “O concurso tinha sido anunciado, posto em marcha e estávamos a divulgar as datas das inscrições, das entregas de trabalhos – quando começa a pandemia e o período de quarentena. E levantou-se a questão: e agora o que é que acontece com o concurso? As escolas não vão voltar a abrir. Percebemos logo que aquilo não era uma situação que ficava resolvida



Foto: Jornal Público

E nas escolas – quem promove os jornais escolares?

Os jornais escolares não surgem desinseridos das próprias dinâmicas e práticas de cada escola. “As publicações (tirando algumas exceções) mais consistentes, mais sólidas, são aquelas que têm já uma estrutura – ou clube de jornalismo, ou grande apoio por parte das direções, professores a quem são dadas horas para trabalhar aquele projeto. Isso foi evidente”, sublinha Luísa Gonçalves.

Destacando o papel das bibliotecas escolares – “As bibliotecas escolares têm aqui um papel fundamental” – Luísa Gonçalves reforça particularmente a importância da dinâmica da escola – “são escolas que estão envolvidas em múltiplos projetos”, e realça os projetos Eco-Escolas e o do Parlamento Europeu. “Essas escolas estão sempre nesses projetos. E nota-se ali já uma lógica de trabalho – de clubes, de prática de articularem uns com os outros – que lhes facilita um trabalho mais consistente”.

Claro que o papel e a iniciativa de cada professor são fundamentais. “Há sempre um professor – eu também tenho essa perspetiva, porque sou professora e ando com o bichinho do jornal escolar há vinte e tantos anos – há sempre alguém na escola que aparece e tem este bichinho e acaba por pegar aos outros. Tanto professores como alunos. E depois a equipa vai crescendo”.

Mas, faz questão de reforçar, “quando há aposta da direção do agrupamento, quando se dão meios, quando as direções reconhecem que isto é importante – isso é completamente visível no trabalho que resulta daí”.

Na ligação das escolas à comunidade há um elemento importante, realçado por Bárbara Simões. Há vários casos de jornais escolares que, em algumas edições, são distribuídos com o jornal local. Ou em que o jornal disponibiliza uma ou duas páginas das suas edições para a escola. “Essa ligação à imprensa regional é também uma coisa muito curiosa. É o caso, por exemplo, do da Marinha Grande. Para eles é importante – terem o nome no jornal, e em papel”.

“É estar implicado”

Participa “quem gosta de escrever”, destaca Bárbara Simões sobre o envol-

nas férias da Páscoa. E, portanto, o que é que ia acontecer?”

Foram as escolas, logo ao fim de pouco tempo, a dar a resposta a esta dúvida. E foi “uma coisa magnífica. Porque não só não pararam como reinventaram-se”. O jornalismo escolar estava vivo. Aqui se inscreve, de algum modo, um “efeito colateral” virtuoso do tandem entre o projeto do Público e o jornalismo escolar: o modo como a pandemia se reflete nos jornais escolares. “Uma coisa muito curiosa para que vale a pena olhar – é a pandemia espelhada nos jornais escolares. Porque ela fica registada – para além de tudo o resto – também nos jornais escolares. Que abriram as suas páginas e que fizeram edições monotemáticas nalguns casos, como era incontornável”.

“A adesão que o concurso teve, a maneira como as pessoas fizeram acompanhar as inscrições às vezes de palavras de alento. Penso que também perceberam que para nós era uma coisa especial e cheia de significado estarmos a fazer o concurso naquele contexto”. Tudo isso “tem, para nós, um significado muito especial”.

A resposta das escolas foi uma surpresa. Tanto em termos de quantidade – “foram 105 as publicações que depois de inscritas fizeram todo o percurso” –, como de qualidade, por todos reconhecida.

Bárbara Simões sublinha, especialmente, a capacidade de “se reinventarem”,

a “capacidade que tiveram, mesmo os jornais que eram em papel, e que tinham feito uma edição ainda em 2019. Não havia condições para fazer edições em papel na reta final do ano letivo. E eles passaram para o meio digital. Foi uma coisa incrível. E vamos ver, agora a seguir, o que é que vai acontecer – e que jornalismo escolar vai sair daqui. Porque agora fazem muito mais coisas do que faziam e de uma maneira diferente”.

De par do concurso de jornais escolares, o Público na Escola aposta ainda noutros projetos. Em particular Aprender com o Público, que envolve uma série de “desafios” (e que se pretende agora também nas escolas do primeiro ciclo). E porquê Aprender com o Público? Porque, esclarece Luísa Gonçalves, “se parte de conteúdos do Público para, com objetivos bem específicos – articulação entre as aprendizagens essenciais da escolaridade e aspetos fundamentais de educação para os media, neste caso o jornalismo –, apresentar propostas que sejam entendidas sempre numa lógica de projeto – para serem trabalhadas transversalmente por várias disciplinas. Propostas que sejam flexíveis para que os professores as possam adaptar às realidades dos contextos socioeconómicos que têm pela frente. Não precisem de grandes recursos para o fazer – quem os tem pode utilizá-los, mas quem não os tem também não seja inviabilizado de fazer as tarefas”.

vimento dos estudantes na realização dos jornais. “Gostam muito também da ideia de terem liberdade para escolher assuntos e escrever sobre eles, isso é uma coisa de que falam com frequência”, acrescenta.

“Há muitos jornais ainda em que os alunos não fazem parte do processo”, critica Luísa Gonçalves. Esse foi, aliás, um dos grandes fatores de avaliação do júri. “Era o principal e que influenciava todos os outros. Tinha de haver envolvimento sistemático em todo o processo, por parte dos alunos. E não só naquele sentido – dá-me um trabalho para o jornal para nós publicarmos, feito noutra contexto qualquer, mas que

serve para isso. É estar implicado, nas decisões editoriais, em tudo”, explica Luísa Gonçalves.

Nos jornais escolares encontraram várias situações, conta Luísa Gonçalves. “Ainda acontece muito haver o professor que está disponível, ‘destacado’ para fazer o jornal. Ainda há muito aquela noção institucional – do jornal que promove a instituição. Mas, felizmente, já vemos pequenas redações em que os miúdos estão envolvidos, tomam decisões, fazem os textos, são revisores – estão presentes em todo o processo. E isso é muito bom, é isso que nós pretendemos”.

Espírito crítico e criativo, a correção

de linguagem, a diversidade textual (de géneros jornalísticos) e o envolvimento com a comunidade e a atualidade (“que era importantíssimo”, salienta Luísa Gonçalves), foram os outros critérios do júri.

Escrever com uma finalidade

“Os media não têm um papel, mas vários papéis”, afirma Bárbara Simões. E, agora, com a pandemia, para os jornais escolares, “quase que foi acrescentado mais um, eles assumiram também alguma função, nalgumas zonas, de um fator aglutinador – e contribuíram para reforçar um certo sentimento de pertença com a escola, com os colegas – numa altura em que ninguém estava com ninguém, ninguém via ninguém a não ser nos écrans do computador”.

Mas não fica por aqui o papel dos jornais escolares. “Indiretamente, os jornais escolares – e nós acreditamos profundamente nisso e é um dos nossos cavalos de batalha – são um enorme aliado na luta contra a desinformação”, considera Bárbara Simões. “O contato com a prática jornalística, com o escrever notícias, com o selecionar informação, capacita”.

Podem, também, estimular o espírito crítico. “O estar atento, o olhar à volta, o habituar-se a fazer perguntas, a levantar questões, a questionar o que lhe põem à frente”, desenvolve Bárbara Simões.

Na perspetiva dos participantes, há vários fatores positivos. “Desde o incentivar da leitura à escrita, ao conhecimento de diferentes características dos textos (que depois utilizam nas disciplinas)”, diz Luísa Gonçalves.

“É evidente que se for visto numa lógica de projeto, de articulação de todas as disciplinas – ou seja, não ser uma coisa que se passa à parte - os temas do próprio jornal podem ser trabalhados nas múltiplas disciplinas”, considera Luísa Gonçalves.

Outro dos aspetos mencionados era que “muitas vezes o jornal escolar, em algumas comunidades mais desfavorecidas, era a única coisa que os pais leem em casa”, revela Luísa Gonçalves. “Ora isto é importantíssimo. O aluno está a escrever algo com uma finalidade”. Sobre a importância de ter um objetivo, destaca: “É diferente de dizer – faz aí um texto sobre qualquer coisa, para o professor avaliar. O aluno

Os premiados



Melhor jornal

- Escalão A (1º ciclo do ensino básico): [Horta das notícias](#), da Escola Horta das Figueiras / Agrupamento de Escolas Severim de Faria (Évora)
- Escalão B (2º e 3º ciclos): [Comunica](#), do Agrupamento de Escolas de Freixo (Ponte de Lima)
- Escalão C (ensino secundário): [ponto & vírgula](#), do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente



Melhor Reportagem



“Olho de Boi, uma ponta solta do 25 de abril”, texto de António Santos e fotos de Inês Quaresma. Trabalho publicado no jornal *Mar da Palha*, do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro (Almada), edição de dezembro de 2019. O jornal concorreu no escalão C.

Melhor trabalho de ciência



Trabalho sobre “O Tempo” publicado no [Outra Presença](#), jornal do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal (Bragança). Edição de dezembro de 2019. Com participação dos alunos Emma Rodrigues, Carolina Batista, Anaísa Moreira, Sara Azevedo, Carolina Teixeira, João Eduardo Feliciano, João Miguel Pires, João Luís Moreira, Rafaela Santos, Matilde Gomes e José Neves; e dos professores Manuel Diogo Cordeiro, Ana Ferreira e Luísa Diz Lopes (coordenação). O jornal concorreu no escalão C.

Melhor design gráfico



Revista *Brick*, da EPI - Escola Profissional de Imagem (Lisboa). Projeto gráfico: coordenação de Ana Calvet e Francisco Bordallo; design editorial de Bárbara Alves, Bernardo Fernandes e Lourenço Cipriano. Concorreu no escalão C.

Menções especiais



Jornal da Escolinha, jornal de parede do Externato A Escolinha, Lisboa. Concorreu no escalão A.



Valais em Português, jornal do ensino do Português na Suíça. Concorreu no escalão B.

[Se bem nos lembramos](#), jornal da Escola Secundária Vitorino Nemésio, Praia da Vitória, Terceira, Açores. Concorreu no escalão C.

está num processo em que tem de preparar um trabalho, tem de o construir, sabe quem é o público e em função dele vai fazê-lo. E sabe que vai ser lido por alguém. Tem um objetivo. Isto faz toda a diferença, para a motivação para a escrita”.

“Se isto não é educação para a cidadania, nada é”

Porquê e em que medida a literacia para os media contribui para a cidadania? “No sentido que informa sobre a atualidade, no sentido em que obriga a posições críticas, obriga a conhecer determinadas formas de nos podermos comunicar e expressar, implica trabalho com a comunidade, implica saber

o que se passa à volta, seja no à volta mais próximo ou no à volta do mundo. Ou possibilidade de dar opiniões, de intervir, de ser criativo”, elenca Luísa Gonçalves. E conclui: “Se isto não é educação para a cidadania, nada é”.

Bárbara Simões aborda ainda a questão de uma outra perspetiva. A de uma luta contra “uma espécie de novo analfabetismo”.

“A luta contra o analfabetismo, no sentido convencional, sempre tornou as pessoas menos vulneráveis e menos desprotegidas. Há umas décadas quem sabia ler estava mais protegido. De certa maneira, umas décadas depois, agora que essa batalha está enfim ganha, temos outros problemas, e curiosamente

este ano de 2020, com todas as coisas terríveis que nos caíram em cima, deixou bem clara esta ideia de que a informação protege. As pessoas perceberam a importância da informação credível, da informação que é feita com rigor, para nós não ficarmos tão perdidos no meio de uma pandemia”.

A possibilidade de ter uma opinião fundamentada sobre as coisas e até o à vontade para exprimi-la “não é um pormenor, não é um pormenor as pessoas serem afirmativas”. São ferramentas que ficam para a vida. “É muito importante o que podemos fazer para ajudar as pessoas a dispor delas, e tudo isso é a cidadania”, conclui. ■

Olho de Boi

uma reportagem premiada

“Olho de Boi, uma ponta solta do 25 de abril”, no jornal Mar da Palha, do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro (Almada)⁽ⁱ⁾, foi a reportagem vencedora no Concurso Nacional de Jornais Escolares, retomado pelo “PÚBLICO na Escola” no último ano letivo. E que este ano envolveu 105 publicações.

O tema da reportagem, como ressaltou da conversa – na Emídio Navarro – com o professor Luís Maia, responsável pela revista, resulta de alguma preocupação em contemplar, de par dos interesses e preocupações dos alunos, “um certo envolvimento com a comunidade”.

A partir da sugestão do professor, o aluno autor da reportagem, António Santos (juntamente com Inês Quaresma, responsável pela fotografia), deslocou-se ao bairro de Olho de Boi – o que resta de um velho bairro operário, da hoje inexistente Companhia Portuguesa de Pescas (CPP) – para falar com o presidente da associação de mo-

radadores do bairro, Alberto Quaresma. Depois, nas palavras do jovem aluno, “Fiz algumas perguntas, mas deixei a conversa fluir, pelo que o Alberto Quaresma me ia dizendo. E fui tentando, a partir de certos pontos, às vezes algum comentário mais político que o Alberto ia fazendo, explorar isso um bocadinho mais”. O resultado reflete, inevitavelmente, uma perspetiva política específica da história do bairro e da CPP.

O prémio foi, para António Santos, “uma surpresa muito agradável”. Contentamento naturalmente partilhado por Luís Maia – “É bom que reconheçam o nosso trabalho”. Um trabalho que vem de há anos, com um projeto que começou em 2002.

“Foi um projeto que fomos criando, tendo sempre em mira pelo menos a publicação de três números anuais, que correspondia aos antigos trimestres (nós o ano passado passámos aos semestres, mas conseguimos manter isso). E com maior ou menor dificuldade vamos trabalhando”, diz Luís Maia. Mesmo em tempos de pandemia.

O envolvimento dos alunos é uma preocupação que acompanha o próprio projeto. “Temos essencialmente uma preocupação – e temos tido sempre –



que é ser um jornal maioritariamente feito por alunos”. Parte-se, em geral, de pedidos dos professores. “Acontece frequentemente, quando temos trabalhos de alunos que achamos interessantes”. E refere, “o ponto de partida não é o trabalho para o jornal, mas trabalhos de âmbito escolar”. ■

Para saber mais:

https://repositorio.ul.pt/bits-tream/10451/6495/18/ulff13589_tm-entrevista_augusto_ramos_blocos_de_texto.pdf#page=4 - (vide p. 4-9)
<https://run.unl.pt/bits-tream/10362/37775/1/TCC%20Ginjal%20Final.pdf> – (vide p. 60)

⁽ⁱ⁾ <https://drive.google.com/file/d/1J73gY1PUYicK-M9slwMdf2jE-xel7sVif/view>



Assembleia Geral de Delegados Sindicais

Realizou-se no passado dia 5 de novembro, pelas 15h, a Assembleia Geral de Delegados Sindicais, órgão de representação indireta e de ligação dos professores ao SPGL. Para além da reflexão sobre a situação político-sindical, incluída a proposta do OE para 2021 e as suas implicações na Educação, na Ciência e no Ensino Superior, abordou-se ainda o bloqueio negocial imposto pelo ME. Bloqueio ao processo de negociação das propostas apresentadas sobre carreira e a recuperação dos 6A6M23D em falta, aos horários de trabalho, ao rejuvenescimento da profissão, ao combate à precariedade e à aposentação e também aos processos negociais no EPC e IPSS's. Foi igualmente abordada a situação nas escolas, a greve ao sobre-trabalho, a falta de professores, as implicações da pandemia, as condições para o exercício da profissão e, ainda, o acompanhamento dado aos docentes, nas escolas, por parte do SPGL, para esclarecimento e combate aos atropelos perpetrados pelas entidades patronais. Quanto às reivindicações apresentadas para toda a Administração Pública e as consequências do OE 2021, a divisa final foi a de mobilizar para a convergência com a Iniciativa da Frente Comum agendada para dia 13 de novembro. A palavra de ordem é a de empenho na luta por melhores condições de vida, seja no exercício da profissão seja em aposentação. ■

Novos elementos na Comissão Executiva do SPGL

Face ao pedido de demissão apresentado pela dirigente Felizarda Barradas, coordenadora da região de Setúbal do SPGL, e por indicação dessa estrutura sindical, a Direção Central do SPGL elegeu, no dia 14 de julho de 2020, a sócia Ana Cristina Martins para a comissão executiva e para as funções até então desempenhadas por Felizarda Barradas.

No dia 12 de novembro de 2020, devido ao pedido de demissão apresentado pela vice-presidente Vanda Lima, foi eleita para a comissão executiva a sócia Ana Mafalda Pernão, que, contudo, não assume o lugar de vice-presidente. ■

Assembleia Geral de Sócios aprova

GREVE NACIONAL dos Professores e Educadores

GREVE PROFESSORES E EDUCADORES NACIONAL 11 de DEZEMBRO

FENPROF
Federação Nacional dos Professores | fenprof.pt

OS PROFESSORES EXIGEM RESPEITO E QUE O GOVERNO GARANTA O DIREITO CONSTITUCIONAL À NEGOCIAÇÃO!

PELA ABERTURA AO DIÁLOGO E RESPEITO PELA NEGOCIAÇÃO COLETIVA PARA:

- Aplicar medidas de prevenção e de segurança adequadas à gravidade da crise pandémica
- Rejuvenescer a profissão: aposentação pré-ortoma
- Eliminar os abusos e ilegalidades nos horários de trabalho
- Recuperar a carreira:
 - abolição de vagas para os 5.º e 7.º escalões,
 - correção das antiguidades,
 - recuperação de todo o tempo de serviço
- Aprovar regimes justos de vinculação e concursos
- Impedir a imposição de filmagem e de transmissão de aulas presenciais
- Consagrar medidas imediatas e de médio prazo para fazer face à falta de professores
- Parar o processo de municipalização da Educação

Dando cumprimento à alínea j) do artigo 50 dos Estatutos do SPGL, a direção convocou para o passado dia 3 de dezembro a Assembleia Geral de Sócios para análise da situação sindical, nomeadamente para decidir sobre a adesão à greve proposta pela FENPROF, a decorrer no dia 11 de dezembro. Foram apresentadas e aprovadas duas propostas, uma da direção e outra que tem como 1º subscritor o sócio Carlos Vasconcellos, ambas defendendo a adesão à greve e ambas aprovadas pelos sócios presentes na AGS. ■

Moção**(aprovada por maioria na Assembleia Geral de Sócios do dia 03/12/2020)****Lutar para Vencer**

1.º subscritor Carlos Vasconcellos

A Assembleia Geral de Sócios do SPGL, reunida em Lisboa, no dia 03/12/2020, tendo analisado a si-

tução político sindical, **delibera:**

A – Repudiar a atitude de recusa de negociação, mantida pelo ME, numa clara violação da Lei.

B – Aprovar a adesão do SPGL à Greve Nacional de Professores, convocada pela FENPROF para o próxi-

mo dia 11 de dezembro.

C – Recomendar que, a manter-se o bloqueio negocial, e logo que as condições sanitárias o permitam, a FENPROF deverá convocar uma grande Manifestação Nacional de Professores. ■

Moção**(aprovada por maioria na Assembleia Geral de Sócios do dia 03/12/2020)****Pelo fim do bloqueio negocial**

Direção do SPGL

Foi em 22 de janeiro de 2020 que o Ministro da Educação Tiago Brandão Rodrigues reuniu pela última vez com a estrutura mais representativa dos professores, a FENPROF, numa reunião onde não foi dada “uma única resposta” aos problemas dos docentes.

As preocupações levadas pela delegação da federação a essa reunião mantiveram-se à saída e, nalguns casos, até com preocupações acrescidas; o ministro não deu respostas e transformou a reunião num momento de autoelogio e até de ameaça, ao referir que ou íamos ao encontro das suas propostas ou então entrávamos em “becos sem saída”.

Nesta legislatura, que já tem treze meses, esta foi a única reunião que se efetuou com a presença do ministro. Com os problemas socioprofissionais e as condições de trabalho, agravadas pelas exigências de segurança sanitária, a avolumarem-se e a agravarem-se, a FENPROF tem insistido na necessidade de serem encontradas soluções.

Ao longo destes meses, a FENPROF apresentou propostas e pediu reuniões; no entanto, os responsáveis do ME nunca se revelaram disponíveis, mesmo perante matérias que são de negociação obrigatória. Tal atitude traduz, além do desrespeito pela legislação em vigor, um claro atropelo a todas as regras da convivência em democracia.

Esta inqualificável postura traduz-se num bloqueio negocial, intencionalmente assumido pelo Ministério da Educação e pelo Governo, que urge ser quebrado.

Os professores e os educadores portugueses cumprem os seus deveres com elevado sentido de responsabilidade e reconhecido profissionalismo, elogiado por todos e até pelo ministro.

Este elevado profissionalismo foi ainda mais evidente nos últimos meses, quando Portugal e o mundo são assolados por uma pandemia sem paralelo em mais de um século, com graves consequências na saúde, na economia e em todos os sistemas educativos

Com empenho e dedicação à profissão e aos seus alunos, os educadores e professores em Portugal não vacilaram, respondendo exemplarmente aos inesperados desafios profissionais que enfrentam desde março de 2020, mesmo quando a classe docente continua a ser vítima de enormes injustiças e desconsiderações por parte da tutela. Mas é chegado o tempo de começar a resolver os problemas de ordem socioprofissional que afetam as condições de trabalho, é o tempo de exigir negociação, de encontrar soluções para os problemas, é o tempo de exigir o fim do bloqueio negocial, é o tempo de ouvir os professores e as suas justas reivindicações.

É também o tempo de dizer que continuamos disponíveis para a negociação, mas também disponíveis para as lutas necessárias, para a resolução dos problemas, nomeadamente:

- a contagem integral de todo o tempo de serviço prestado, faltando ainda recuperar 6 anos, 6 meses e 23 dias (2393 dias);
- as injustiças que incluem ainda a adulteração da carreira docente, com os artificiais e iníquos travões à progressão aos 5.º e 7.º escalões;
- a recomposição da carreira docente, tal como está definida no ECD, contando todo o tempo de serviço, eliminando o efeito negativo das vagas e acabando com as ultrapassagens;
- a falta de um regime de aposentação específico que responda simultaneamente ao acentuado desgaste sentido pelos docentes e permita o cada vez mais urgente rejuvenescimento da profissão, bem como da aprovação de um regime de pré-reforma justo e adequado a que os professores tenham condições para aderir;
- a aprovação de um regime de vinculação, que não esteja sujeito a qualquer outro requisito que não seja o ingresso nos quadros quando são completados 3 anos de serviço, pondo fim à prolongada e injustificável precariedade que afeta largos milhares de docentes;
- a deterioração das condições de traba-

lho, em que tem papel determinante a crescente desregulação dos horários de trabalho, que tem agravado os abusos e ilegalidades cometidas;

- o estabelecer de normas de segurança e saúde no trabalho, como obriga a lei, no sentido de prevenir o contágio da infeção Covid-19 nas escolas, respeitando normas de segurança sanitária (distanciamento, pequenos grupos, limpeza permanente profunda...), que, na maioria das escolas são precárias por falta de condições, decorrente designadamente da falta de assistentes operacionais;

- o acompanhar da evolução da pandemia nas escolas, realizando rastreios, agindo com clareza, designadamente através de uma informação permanentemente atualizada e de coerência nos procedimentos adotados;

- a proteção de todos os docentes de grupos de risco;

- a indispensável negociação de medidas que garantam que nenhum aluno ficará sem aulas devido à falta de professor, problema que, em algumas escolas, se arrasta desde o início do ano letivo;

- a garantia de que as aulas presenciais não serão filmadas, atendendo a que essa é uma prática reprovável do ponto de vista pedagógico e de legalidade duvidosa;

- a garantia que a descentralização da Educação não se traduzirá num processo de municipalização, pois este seria um erro de difícil solução;

Neste contexto, os professores e educadores reunidos em Assembleia Geral de Sócios do SPGL em 3 de dezembro de 2020, decidem aprovar a adesão à Greve Nacional dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário que exercem a sua atividade em serviços públicos ou de resposta social, em todo o território nacional ou no Ensino Português no Estrangeiro, pois face à situação a que se chegou, não resta alternativa que não seja o recurso à greve, como forma de protesto, mas, também, de exigência de diálogo, negociação e soluções para os seus problemas concretos. ■

Uma greve em defesa do direito à negociação

É lamentável, mas deveras sintomático que, 46 anos após o 25 de Abril, os professores portugueses se vejam forçados a uma greve para que seja respeitado o direito, democrático, a negociarem as suas condições de trabalho, a reporem a legalidade nas suas carreiras, e a discutirem as medidas necessárias para a melhoria do sistema de ensino.

De forma ostensiva e por vezes provocatória, o ministro Tiago Brandão Rodrigues recusa marcar reuniões que têm sido repetidamente solicitadas pela FENPROF, mesmo quando as questões apresentadas constituem objeto de negociação obrigatória.

Se a decisão de bloquear negociações sobre os temas globais da carreira e das condições de trabalho nas escolas indicia uma estratégia assumida, certamente com o aval do governo, a não resposta de qualquer serviço do M.E a questões mais particulares e de menor dimensão política parecem apontar para uma total impreparação e incompetência. A título de exemplo: o M.E. não responde à necessidade de abrir concurso para os professores de Teatro e de Técnicas Especiais vinculados através do PREVPAP; apesar de vários ofícios, continua a não ser marcada nenhuma reunião para esclarecer a situação dos professores-acompanhadores da Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional.

A equipa ministerial continua a “as-sobiar para o lado” perante a falta de professores em várias disciplinas em muitas escolas, situação que tende a agravar-se rapidamente.

Mas não são só os sindicatos dos professores que se queixam da ausência de respostas por parte do ministro da Educação. Deputados confirmaram que um número significativo de questões postas ao M.E., a que este devia responder no prazo de 30 dias, não chegam a ser respondidas.



Foto: FENPROF

Os sindicatos da FENPROF tinham e têm consciência da dificuldade de realizar uma greve numa situação de pandemia que dificulta o encontro de docentes e de reuniões amplas e, assim, a sua mobilização. A adesão dos professores, há que reconhecê-lo, ficou aquém das expectativas. Mas os sindicatos não podem deixar de denunciar, perante a opinião pública e os poderes políticos, a atitude autocrática e de desrespeito pela legalidade que caracteriza a arrogância do ministro Tiago Brandão Rodrigues. Os professores não baixarão os braços. O direito à negociação por parte dos sindicatos é um dos pilares da vida democrática e não aceitaremos que a democracia seja resumida a palavreado sem eficácia.

Retomaremos a nossa luta em janeiro com objetivos bem definidos: a vinculação justa dos contratados mediante a alteração da chamada “norma-travão”; a recuperação para a carreira do tempo de serviço roubado (o M.E. mente quando diz que a carreira docente tem 34 anos - para os professores em exercício terá certamente mais de 40); medidas específicas para a aposentação dos docentes, de modo a responder ao envelhecimento da classe; respostas urgentes para a falta de professores; medidas que respondam à necessidade de segurança sanitária face à pandemia COVID 19.

Através dos sindicatos da FENPROF os docentes saberão conjugar a pressão sobre os poderes políticos e formas de luta de modo a repor a legalidade: o direito à negociação. ■

O problema não está na quantidade

Isabel Flores

Professora no ISCTE

Nos últimos anos, criou-se o mito de que o sistema de educação pública tem constrangimentos por não ter professores que cheguem. Todas as análises indicam para a existência de professores mais do que suficientes já no sistema e também para demasiados à espera de entrar.

As dificuldades de colocação estão nas substituições temporárias ou em alguns grupos de contratação, especialmente onde outros mercados de trabalho são apelativos (Informática e Inglês). Este é um problema de método de colocação e de incentivos para que os professores queiram aceitar estes lugares precários e mal pagos.

O número de professores necessários foi desenhado num tempo em que nasciam mais de 150.000 bebés por ano, e em que a permanência de cada aluno na escola estava em crescimento. Esta realidade a montante alterou-se. Na última década o número de nascimentos ronda os 85.000 e com o período de pandemia e a crise de emprego jovem tenderá a diminuir.

Por outro lado, a duração da escolaridade deve estar próxima do limite pois o abandono escolar está a níveis historicamente baixos e a obrigatoriedade até aos 18 anos ou 12º ano já está implementada. Já não há muito espaço para impedir a queda abrupta do número de crianças e jovens no sistema. Em 2031, considerando as atuais taxas brutas de escolarização (109% para o 3º ciclo EB e 124% para o ensino secundário) estimamos⁽¹⁾ 600 000 jovens inscritos no sistema público e privado – o que compara com 757 000 em 2019. Ou seja, vão desaparecer do sistema de ensino mais de 150 000 alunos só nos ciclos aqui considerados.

Do outro lado da balança o número de professores é substancialmente maior em 2020, existem no sistema mais 25%

de professores do que os que existiam em 1980.

O indicador de número médio de alunos por professor, tipicamente utilizado em comparações internacionais, coloca Portugal com um rácio invejável de cerca de 10 alunos para um professor⁽²⁾, sendo que a média da OCDE é de 13. Os números nem sempre são fáceis de compreender e transportar para a nossa realidade. Os docentes tendem a ter várias turmas com uma média de vinte e muitos alunos.

Como é isto possível? Se assim fosse deveríamos ter turmas de 10, certo?

Ora analisemos este número e, em vez de número de alunos por professor, analisemos quantos tempos letivos existem disponíveis a nível agregado para satisfazer as necessidades dos tempos letivos das turmas. Num sistema sem folga deveríamos ter o mesmo número. Um turno de 45 minutos de professor em tempo letivo para um turno de turma.

Turnos de professores e alunos disponíveis por semana

Este cálculo parte do número de pro-

fessores por grupo de recrutamento ao qual se deduzem os professores que estão em atividades não letivas. O cálculo do número de horas tem em conta as reduções de horário que definem o número de horas letivas dos professores⁽³⁾. Deduz-se ainda o número de horas utilizado para direções de turma (duas horas por turma) e finalmente transformam-se as horas disponíveis em turnos de 45 minutos.

Devemos então calcular o número de horas necessárias para as turmas existentes. O número de turmas foi calculado a partir de uma média de 21 alunos para o terceiro ciclo e de 25 para o secundário e 16 para os cursos profissionais⁽⁴⁾. Chegámos a 14110 turmas no terceiro ciclo, 6985 turmas no secundário científico humanístico e 4123 turmas nos cursos profissionais, considerando apenas as escolas da rede pública⁽⁵⁾ e a matriz curricular respetiva⁽⁶⁾. Para os alunos do secundário, dado que nem todos têm as mesmas disciplinas, utilizaram-se estimativas de percentagem de alunos em Matemática, Biologia e Geologia e Físico-química⁽⁷⁾.

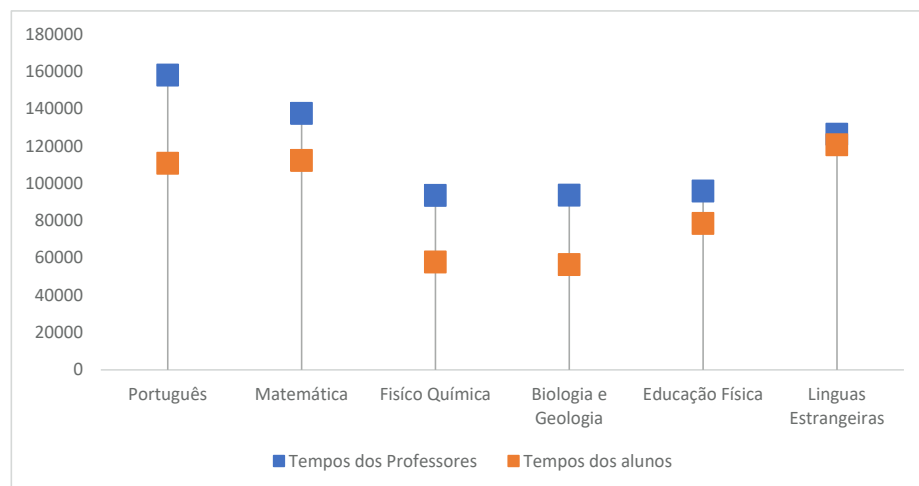


Figura 1 - Disponibilidade de tempos dos professores e necessidade de tempos para as turmas

Quando colocamos ambos os valores, no mesmo gráfico, a conclusão não foge do ponto de partida: há excesso de professores no sistema de ensino público português. O número de turnos letivos dos professores é superior às necessidades do número de turnos requeridos pelas turmas. As línguas estrangeiras são as que estão mais próximas do equilíbrio e o Português é o que se afasta mais das necessidades.

Eu diria que este estudo nos leva para a necessidade de fazer uma análise à gestão de recursos humanos. Todas as escolas deveriam ser convidadas a fazer este exercício com os seus números micro reais para compreender onde estão as ineficiências.

O mito da falta de recursos para justificar outros problemas

O problema não é a falta de professores, mas o cansaço e desmotivação acumulada. É tempo de novas questões que poderão abrir janelas para soluções:

- Teremos a burocracia adequado às horas de serviço remanescentes?
- Será que fazer sempre o mesmo também cansa?
- Será que a exaustão advém do facto da escola se ter alargado e a diversidade de populações acarretar dificuldades para as quais os professores não têm formação?
- Como poderíamos alterar a lógica da sala de aula para tornar o trabalho mais personalizado e diferenciado, prestando um serviço de melhor qualidade a todos os alunos?

Para problemas distintos as soluções devem ser diferenciadas. A análise tem de ser feita dentro da casa de cada um e as soluções de gestão de pessoas desenvolvidas por cada liderança de forma sensível e adaptada ao seu contexto. Alimentar um mito impede-nos de encontrar o cerne do problema e de gizar soluções úteis. ■

Tabelas utilizadas para os cálculos dos turnos

Tabela 1
Cálculo do número de turnos semanais disponíveis para lecionar, por grupos de contratação

Grupo	N. Bruto	Prof. com funções não letivas	N. Líquido	≤ 13 horas	entre 14 e 19 horas	≥ 20 horas	Total de Horas letiva	Total de turnos de 45 minutos	Direções de turma	N. turnos para lecionar
Português	9197	315	8882	1116	3970	3796	154396	165263	7010.6	158252
Matemática	7623	182	7441	800	2499	4142	134966	143657	5951.4	137705
Físico Química	5256	119	5137	567	2006	2564	91610	97750	4085.3	93665
Biologia e Geologia	5330	138	5192	608	2138	2446	91654	97915	4135.8	93779
Educação Física	5579	107	5472	911	2249	2312	93646	100243	4236.6	96006
Línguas Estrangeiras	7359	237	7122	1022	2930	3170	123670	132257	5800.1	126457

Tabela 2
Cálculos da necessidade de turnos semanais por todas as turmas do básico e secundário, por disciplina

Disciplina	n. tempos 3º ciclo	N. turmas 3 ciclo	n. tempos secundário	N. turmas secundário	n. de tempos cursos profissionais	n. turmas Profissional	N. tempos necessários
Português	5	14110	4	6985	3	4123	110857
Matemática	5	14110	6	6286	2	2062	112390
Físico Química	3	14110	4	3492	2	825	57948
Biologia e Geologia	3	14110	4	3143	2	825	56551
Educação Física	3	14110	4	6985	2	4123	78516
Línguas Estrangeiras	6	14110	4	6985	2	4123	120845

¹ Estes jovens nasceram entre 2013 e 2018, esta estimativa não estará muito longe do real.

² Fonte: OECD/UIS/Eurostat (2020) – pp373 Education at a glance (2020), ver anexo

³ De notar que para o cálculo do n. de horas considerou-se 10H para o primeiro grupo, 16 horas para o segundo grupo e 21 horas para o terceiro. Deste modo estaremos a estimar na média do intervalo o n. de horas disponíveis. Estas horas foram transformadas em turnos de 45 minutos contabilizando mais 10% para cada faixa horária.

⁴ https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/estudo_organizacao_escolar-as_turmas_versao_final.pdf

⁵ O Perfil do aluno, DGEEC (2020)

⁶ <https://www.dge.mec.pt/matriz-curricular-do-3o-ciclo>, <https://www.dge.mec.pt/matriz-dos-cursos-cientifico-humanisticos>,

⁷ 50% em Ciências, 25% em Economia, 15% em Humanidades e 10% em artes o que implica que possam não ter matemática ou algumas cadeiras da área científica



Maratona de Cartas

Assinar pelos Direitos Humanos

• Margarida Lopes

Coordenadora do Projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos
no Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira

À semelhança dos anos letivos anteriores, decorre este ano, entre novembro de 2020 e janeiro de 2021 no Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, a Maratona de Cartas, uma atividade promovida pela Amnistia Internacional, uma “corrida” exemplar de ativismo e solidariedade.

O nosso agrupamento de escolas está integrado no projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos de cujo grupo fazem parte dez escolas de norte a sul do país. Como tal, sentimos a enorme responsabilidade de fazer passar esta mensagem que tem como objetivo envolver toda a comunidade educativa e para além dela, famílias, amigos, conhecidos, na divulgação, reconhecimento e defesa dos casos que são escolhidos ano a ano, para esta maratona. Nesta edição, os casos escolhidos percorrem, como é habitual, locais do planeta onde as violações dos direitos humanos têm consequências diretas bastante graves na vida dos ativistas e das ativistas que são, como sempre, os nossos “Brave”.

German Rukuki do Burundi, Nassima Al Sada da Arábia Saudita, Paing Phyo Min de Myanmar, o grupo de 3 ativistas El Hiblu 3 de Malta, Jani Silva da Colômbia e o grupo de solidariedade da Turquia, na defesa da comunidade LGBTI+, são os escolhidos deste ano. A dinamização deste processo na Escola Básica e Secundária Professor Reynaldo dos Santos é feita por um grupo de alunos e alunas que divulgam e apresentam os vários casos, levando-os às turmas, à sala dos professores e à Biblioteca, mas também às respetivas famílias e núcleos onde se movimentam. Este ano, como já aconteceu no ano anterior, as assinaturas são feitas *on-line*, no *site* da Amnistia, onde cada escola que integra o projeto tem um código associado, numa perspetiva de concurso entre as várias escolas, lançando um desafio interessante, que fomenta a participação.

Na presente situação, devido às restrições impostas pela pandemia, a divulgação será feita também num espaço de ecrã, que divulga atividades da escola, bem como na página *on-line* do agrupamento e, como sempre, através

de cartazes, espalhados pelo espaço escolar.

Pela minha experiência, enquanto Coordenadora do Projeto, registo sempre, com enorme agrado, o entusiasmo do grupo envolvido. A Maria do Carmo Rosa participou em várias maratonas e são dela estas palavras: “*Ao fim do dia, a olhar para as petições cheias de assinaturas, senti a importância do que tinha feito. Estava apenas a usar a minha voz, mas desta vez para contar a história de quem precisava de ser ouvido e fazer a diferença*”. A Inês Canteiro, que entrou este ano no grupo, dá o seu testemunho enquanto observadora: “*É incrível como a Maratona de Cartas é uma maneira tão simples, mas tão eficaz, de fazer com que a nossa voz seja ouvida, para ajudarmos aqueles cujos direitos foram ignorados*.” A Matilde Moura reitera estas opiniões: “*Por vezes pensamos que as nossas simples ações não são de todo importantes, mas a verdade é que podem mudar o mundo*.”

Haverá algo mais gratificante do que saber que também fazemos a diferença? ■

Eduardo Lourenço

(1923-2020)

Um aventureiro do espírito crítico

• Joaquim Jorge Veiguiha

Em 1 de dezembro de 2020, faleceu Eduardo Lourenço, uma das mais extraordinárias figuras intelectuais portuguesas. Nascido numa pequena aldeia da Beira Interior, São Pedro de Rio Seco, onde agora descansa, licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas em 1944, com uma tese sobre o filósofo alemão G.W.F. Hegel, foi um verdadeiro *globe trotter* intelectual, dando aulas universitárias em França, na Alemanha e no Brasil. Entre 2002 e 2012 foi administrador não executivo da Fundação Calouste Gulbenkian. Em 2016, a convite de Marcelo Rebelo de Sousa, integrou o Conselho de Estado.

Tive o gosto de conhecer Eduardo Lourenço como coordenador da revista de Reflexão e Crítica “Finisterra” que fundou em 1989, da qual saíram até hoje 88 números e de que foi diretor. Neste convívio, iniciado nos finais da década de 90, destaco antes de tudo o seu estilo inédito, uma escrita fluente e sem recurso a notas de rodapé que convidava o leitor a embarcar na aventura do pensamento sem tropeçar em interrupções ‘citacionistas’ que o desviassem da senda percorrida pelo autor. Da sua multifacetada obra sublinho a dimensão crítica e cosmopolita

sobre a História do país e do mundo. Tendo em conta as limitações de espaço, optei por selecionar algumas gotas no oceano do seu pensamento. Assim, em “O Fascismo nunca existiu” (1976) reflete sobre a amnésia coletiva que após a Revolução de 25 de Abril de 1974 impediu o repensamento coletivo do fascismo português que acabou por virar “Estado Novo” no mundo académico e na comunicação social, o que lhe dá uma preocupante atualidade. Em “O Colonialismo como Nosso Impensado” (2014), derruba o mito reacionário, que ainda hoje recolhe a adesão de muitos ‘apóstolos’, do ‘bom colonialismo’ português ‘plurirracial’, centrado numa pretensa ‘miscigenação’, sublinhando o seu caráter retrógrado e parasitário.

No novo milénio destacam-se as suas reflexões sobre a esquerda e a Europa. Em “A Esquerda na Encruzilhada ou Fora da História?” (2009) retoma a reflexão sobre “O Socialismo e o Futuro”, artigo que publicou no primeiro número da Finisterra, alertando para a perda de protagonismo da esquerda e do projeto socialista perante a vaga neoliberal e a apologia do capitalismo como único horizonte social possí-

vel. Europeísta convicto, não deixou, porém, de refletir criticamente sobre o velho continente. Tema recorrente do seu pensamento foi sem dúvida o declínio do projeto europeu perante a hegemonia dos EUA que, em “Da Europa como Agonia” (2005), são designados como “uma espécie de supernação ao serviço de uma vontade de poderio assumido com a energia e o apetite de um império”. Em contrapartida, a Europa transformou-se cada vez mais em figurante num palco político em que perdeu o protagonismo de outrora.

Aviso à navegação – já começaram a despontar os ‘profetas’ que tentam não apenas desvalorizar, mas sobretudo amesquinhar e apequenar a sua obra. Perante eles, já estou a ouvir o seu riso salutar, a melhor resposta à mediocridade e inveja intelectual que ainda existem neste país mais de 47 anos após o 25 de Abril. ■



Império de uma Criança

• Luísa Costa Gomes

Um dos fragmentos de Heraclito que mais me impressionou quando comecei a estudar Filosofia foi aquele que propõe uma analogia entre o “tempo eterno” e uma criança que brinca. Há quem interprete que brinca “inocentemente”, mas “inocentemente”, para além de redutor, não está no original. Heraclito escreveu à volta de 460 A.C. e nós continuamos às voltas a tentar traduzir a sua bela frase: “o tempo eterno é uma criança que, brincando como uma criança, mexe os peões num tabuleiro: império de uma criança”. Aquele tempo não é *chronos*, é *aiôn*, o tempo fora do tempo, onde a menina joga um jogo que provavelmente tem regras que ela não aplica: o seu brincar é liberdade e o seu único sentido é o da criação. Se há regras, do que duvido, elas são criadas no instante instável da sua imaginação e exprimem uma das formas como ela se descobre, se vai organizando internamente e fazendo as pazes com o caos do tempo histórico, que é sobretudo guerra e conflito de contrários. No tempo fora do tempo brincar é divino.

Deixo-me ficar muitas vezes apenas a ouvir a minha neta de cinco anos a brincar sozinha. Às vezes no banho, com os seus barcos e os seus polícias, um copo de plástico, um cão de borracha. Outras vezes na sala, povoada de ursos, ratos, meninas negras e loiras, borregos de peluche deitados no chão, que ela tapa com carinho e põe a dormir ou trata com injeções para a dor nas costas. Toda aquela gente tem nomes e afazeres, histórias de vida e conflitos. Às vezes vai tudo preso, para

que ela, na esquadra, tenha oportunidade de fazer a mediação e reconciliar os maus com os bons. O que eu ouço na voz dela e me derrete é a extraordinária seriedade de todo aquele mundo, a autenticidade das relações que estabelece com ele, a inteireza do jogo criador. Lembra-me os princípios da vida verdadeira.

Por isso podem calcular a importância que o jogo e o brincar têm para mim. Não são intervalo, não são recreio, não são “os momentos de lazer”. Diz-se pedagogicamente que brincar é uma coisa muito séria. Mas logo a seguir esquece-se a importância do que se disse: e procura-se organizar e empurrar para o supostamente didático de tabelas e parâmetros tudo o que não se pode medir. Brincar é sério porque é justamente uma aprendizagem do prazer de pensar por si próprio. E aprender a brincar sozinho, sem a ajuda e a mediação da visão truncada e estúpida dos adultos, é a tarefa de toda uma vida.

Fico horrorizada com os estudos que mostram que as crianças do sexo feminino respondem sem limites às suas vocações até por volta dos cinco anos de idade. Querem ser tudo, querem experimentar tudo. Ao fim de cinco anos de enculturação, já só querem ser figuras secundárias. Cientistas? Astronautas? Futebolistas? Isso é para os rapazes. Quem faz, antes do mais, a sua “compressão”? As mães, pois claro. As meninas têm de ser bonitas e sedutoras, e por volta da adolescência lidam com anorexias e depressões. Isso acontece cada vez mais cedo, com a exposição venenosa nas redes sociais,

que lhes ensina a mais lastimosa das conformidades. É por volta dos cinco anos, quando a menina começa a ver-se como “rapariga”, que cai sobre ela o rolo compressor que há-de reduzi-la ao papel que a sociedade lhe reserva: ornamentação, ser papel de parede, providenciar cuidado e serviços. Será mulher sexualmente activa (aceitando e promovendo os padrões da sexualidade masculina), será mãe, o mais das vezes solteira, será serviçal da casa, trabalhadora menor. Tradicionalmente: professora. Para os rapazes é pistolas e bolas, símbolos da competição, poder e força; para as raparigas, baldes e vassouras. O que nos dizem esses “brinquedos”? O que nos dizem esses modelos? Procurem no Toys “R” Us e nas grandes superfícies. Procurem na televisão e no cinema. Se, por um lado, até Hollywood faz um esforço para mostrar modelos de papéis sociais avançados para as raparigas como o extraordinário Vaiana da Disney, no consumo a distinção é clara: brinquedos para as meninas, brinquedos para os meninos. Começa a grande luta para fazer com que as mulheres, embora activas, embora melhores estudantes do que os rapazes, mais trabalhadoras, mais desembaraçadas, mais maduras mais depressa, não ascendam aos lugares de poder que realmente importam. Daí os grandes espantos e espaventos quando ascendem: e se olharmos à nossa volta, isso está realmente a mudar. Mas as conquistas são frágeis, e a História não avança sempre no mesmo sentido libertador e justo. ■

A autora não escreve segundo o novo acordo ortográfico



Almerinda Bento
M.A.G. do SPGL

16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

Com início em 25 de Novembro – Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres – e até 10 de Dezembro, são vários os eventos organizados em todo o mundo como parte das atividades da rede das Nações Unidas para os **16 dias de ativismo contra a violência de género. Marchas, concentrações, concursos de arte ou conferências são algumas das actividades de consciencialização para se acabar com o flagelo da violência de género** que afeta uma em cada três mulheres em todo o mundo.

Este fenómeno da violência de género, profundamente enraizado na sociedade com séculos de dominação masculina, reflete o desequilíbrio de poder entre mulheres e homens, que se manifesta em todos os campos da vida e das sociedades: na família, na política, na economia, na cultura. Apesar dos avanços ao nível legislativo em muitos países do mundo, a verdade é que a violência de género é persistente e tem múltiplas facetas. É uma pandemia global, esquecida, ignorada, naturalizada.



A pandemia global de que hoje se fala a toda a hora e para a qual todos se mobilizam para a curar e para encontrar uma vacina, a do coronavírus SARS-CoV-2, agravou a outra pandemia global naturalizada. Agravou a fragilidade das mulheres mais frágeis, mais pobres, mais desprotegidas, mais precárias, as que já eram vítimas de violências antes e depois da pandemia da Covid19. Este ano, o tema da comemoração dos 16 dias de ativismo usa a cor laranja para simbolizar a esperança num futuro melhor sem violência contra as mulheres «Orange the World: a Geração Igualdade está contra a violação». Destaca a necessidade de se acabar com a “cultura

da violação” arraigada na nossa sociedade, seja em situações de conflito, de paz, dentro dos nossos lares ou nas ruas. Neste âmbito, a Diretora Executiva da ONU, Phumzile Mlambo-Ngcuka, afirmou: “A violação não é um ato breve e isolado. Pode ter efeitos que mudam a vida – como uma gravidez ou uma doença sexualmente transmissível, um trauma imenso e um sentimento injustificado de vergonha. Seja em fases de conflito ou de paz, geralmente interfere na decisão das mulheres de abandonarem as suas comunidades por medo de ataques ou pela estigmatização”. Daí que seja, nos dias de hoje, importante valorizar cada vez mais o

papel das organizações que estão nesta luta pelos direitos das mulheres, pelos direitos humanos, as mulheres ativistas que estão na linha da frente, as líderes sindicais, feministas, políticas que na sua atividade e militância têm um olhar direcionado para as questões de género, no sentido de combater as discriminações e avançar com propostas que diminuam o desequilíbrio existente. Que a mobilização extraordinária para vencer a pandemia sanitária que se abateu sobre o mundo em 2020 seja inspiradora para mobilizar toda a sociedade para acabar com a pandemia esquecida que se abate sobre uma em cada 3 mulheres e meninas em todo o mundo!■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Aos colegas que se vão aposentar



Fotos: Freepick

Neste novo ciclo de vida, propomos que continuem connosco, neste grande Sindicato que é o SPGL, desde sempre ao serviço de todos os docentes.

Queremos continuar a contar com todos, com a vossa experiência e disponibilidade, usufruindo de todos os direitos e regalias oferecidos aos nossos sócios, nomeadamente, os protocolos estabelecidos pelo Sindicato, que abrangem seguros e serviços de saúde, crédito, condições vantajosas de aquisição de serviços e equipamentos, acordos com agências de viagens... A quota passará a ter o valor de 0,4% (metade da dos sócios no ativo), para além de continuar a usufruir dos benefícios fiscais (o desconto de 0,5% é automaticamente dedutível no valor da pensão e bonificado para efeitos de IRS).

Os constantes ataques às nossas refor-

mas, ao sistema de saúde e à segurança social impõem que nos mantenhamos unidos e informados. O Departamento de Professores e Educadores Aposentados participa ativamente na ação sindical reivindicativa promovida pelas organizações em que está inserido (SPGL, FENPROF, CGTP, Inter-Reformados e Aposentados da Frente Comum) e organiza com regularidade ações de formação e ações socioculturais como viagens, exposições, visitas, debates, encontros, etc.

Ao manter-se sócia/o do SPGL, poderá aceder a toda a nossa informação, através da página do Facebook deste Departamento, do jornal “Escola-Informação”, do jornal digital, do Jornal da Fenprof, mensagens de SMS e de correio eletrónico.

Aposentados continuamos a ser cidadãos de pleno direito, a quem não é indiferente o rumo da sociedade, porque é nesse rumo que se definem os direitos

de que não podemos prescindir e pelos quais devemos continuar a lutar. Assim, contribuiremos organizadamente para um sindicato forte e interveniente, capaz de assegurar a defesa dos interesses e direitos de todos, da dignidade da função docente e de uma escola de qualidade.

A complexa situação que hoje vivemos exige-nos um trabalho de reforço da organização do nosso departamento de modo a emergirmos em força, em conjunto com outras comissões sindicais, na defesa dos direitos dos aposentados/reformados e na defesa de melhor saúde, melhores pensões e melhor qualidade de vida e bem-estar.

Estamos convictos que continuarão connosco e que juntos, e lado a lado com os colegas do ativo, seremos capazes de defender e consolidar os direitos de quem trabalha e trabalhou.

Contamos convosco!

Legislação

I Série

• **Decreto-Lei n.º 94/2020 - Diário da República n.º 214/2020, Série I de 2020-11-03147432951**

Altera o regime relativo ao complemento solidário para idosos, eliminando até ao 3.º escalão o impacto dos rendimentos dos filhos considerados na avaliação de recursos

• **Lei n.º 72/2020 - Diário da República n.º 223/2020, Série I de 2020-11-16148599583**

Estabelece um regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos e altera o Código do Procedimento Administrativo

• **Portaria n.º 271/2020 - Diário da República n.º 229/2020, Série I de 2020-11-24149220157**

Define as condições específicas do princípio da gratuitidade da frequência de creche, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 146.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março

• **Decreto-Lei n.º 101/2020 - Diário da República n.º 231/2020, Série I de 2020-11-26149707128**

Procede à criação de uma licença especial para reestruturação familiar e do respetivo subsídio, no âmbito do crime de violência doméstica

II Série

• **Despacho n.º 11074/2020 - Diário da República n.º 220/2020, Série II de 2020-11-11 148214123**

Procede à alteração do calendário de avaliação e certificação de manuais escolares novos, no regime de avaliação prévia à sua adoção, constante do anexo i ao Despacho n.º 4947-B/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio de 2019

• **Recomendação n.º 5/2020 - Diário da República n.º 227/2020, Série II de 2020-11-20 149104826**

Recomendação sobre «A Cidadania e a Educação Antirracista»

• **Recomendação n.º 6/2020 - Diário da República n.º 232/2020, Série II de 2020-11-27 149839983**

Recomendação sobre o acesso ao ensino superior e a articulação com o ensino secundário

• **Despacho n.º 11886-A/2020 - Diário da República n.º 235/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-12-03 150233207**

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2021



Legislação relativa ao Covid-19 disponível em
<https://www.spgl.pt/covid-19-legislacao-informacao>

Projeto “MEMÓRIAS”



O Departamento de Professores e Educadores Aposentados, durante os últimos anos, foi propondo e avaliando vários projetos, entre os quais se conta “MEMÓRIAS – uma história por contar”. Este projeto nasceu há dois anos, como um desafio aos docentes aposentados para escreverem pequenas histórias das suas vidas, enquanto professores. A primeira edição da compilação de todos os trabalhos em brochura foi apresentada numa sessão com a participação de todos os autores. Foi então possível partilhar as vivências escolares de cada um, transcritas em contos que traduziram episódios da vida profissional dos professores presentes. Continuou este projeto, fazendo parte do plano de atividades de 2019/20, ano difícil atravessado pela crise sanitária da pandemia. No entanto, as histórias por contar chegaram ao sindicato e a brochura foi conseguida com 21 textos de 13 docentes. Aguardamos agora por melhores tempos para organizarmos a sua apresentação pública, com a presença também de todos os autores, se possível, no início do próximo ano.

O papel de todos os projetos e, particularmente este, confirma e constata que, ser professor, é ser professor para toda a vida. O olhar do professor face à realidade é diferente dos demais. A memória do que se passou espelha a atitude, os princípios, a alegria, o saber partilhado e, sempre que necessário, a luta pela dignificação da classe dos professores. ■

Sobre o estatuto remuneratório e outras prestações pecuniárias do pessoal docente

A matéria que se propõe abordar nesta rubrica encontra-se regulada nos artigos 59º a 63º, do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD). O pessoal docente constitui um corpo especial da Administração Pública que, por isso, possui um estatuto remuneratório próprio que assenta em escalas indicíarias que se encontram identificadas num anexo ao ECD. O índice 100 da referida escala é, de acordo com o artigo 59º do mesmo ECD, fixado por Portaria conjunta do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Por sua vez, o artigo 61º do mesmo ECD vem determinar como é efetuado o cálculo da remuneração do pessoal docente sendo que, de acordo com este normativo, a mesma é calculada através da seguinte fórmula: $(Rb \times 12) / (52 \times n)$, sendo que Rb corresponde à remuneração mensal fixada para cada escalão e o "n" o número de horas a que o pessoal docente em exercício de funções é semanalmente obrigado (35 horas), de acordo com o artigo 76º nº 1 do mesmo ECD.

O preceito legal que se segue sobre este tema é o artigo 62º do ECD que regula a remuneração decorrente da prestação de trabalho extraordinário sendo que há ter presente que, de acordo com o artigo 83º do EC, o trabalho extraordinário é "... aquele que, por determinação do órgão da administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, **for prestado além do número de horas das componentes letiva e não letiva registadas no horário semanal de trabalho do docente**".

Assim da conjugação dos referidos preceitos legais resulta que o trabalho extraordinário dos docentes é compensado através dos seguintes acréscimos da retribuição horária normal:

– **25% para a primeira hora semanal** de trabalho semanal trabalho extraordinário diurno;

– **50% para as horas subsequentes** de trabalho diurno."

Já no que respeita à retribuição do trabalho extraordinário noturno o legislador prevê que a compensação em causa é calculada através da multiplicação do valor da hora extraordinária diurna de serviço docente pelo coeficiente 1,25.

Finalmente e ainda a propósito do tema em apreço há que fazer referência a uma outra prestação pecuniária legalmente prevista para o pessoal docente no artigo 63º do ECD, que visa premiar os docentes pelo desempenho profissional prestado.

De acordo com este normativo, tal prémio apenas é atribuído a docentes do quadro em efetividade de serviço e é abonado numa única prestação "... por cada duas avaliações de desempenho consecutivas ou três interpoladas, com menção qualitativa igual ou superior a Muito Bom, de montante a fixar por despacho conjunto..." dos membros do governo competentes.

É sempre de lembrar que, para o eventual esclarecimento da matéria tratada nesta rubrica, deverão os docentes contactar os Serviços de Apoio a Sócios e Contencioso do SPGL. ■



Boas Festas

E que 2021 seja um ano de diálogo e negociação para a solução dos problemas dos professores e educadores.



SPGL

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA